



Entrevista com o professor Manuel Chaparro

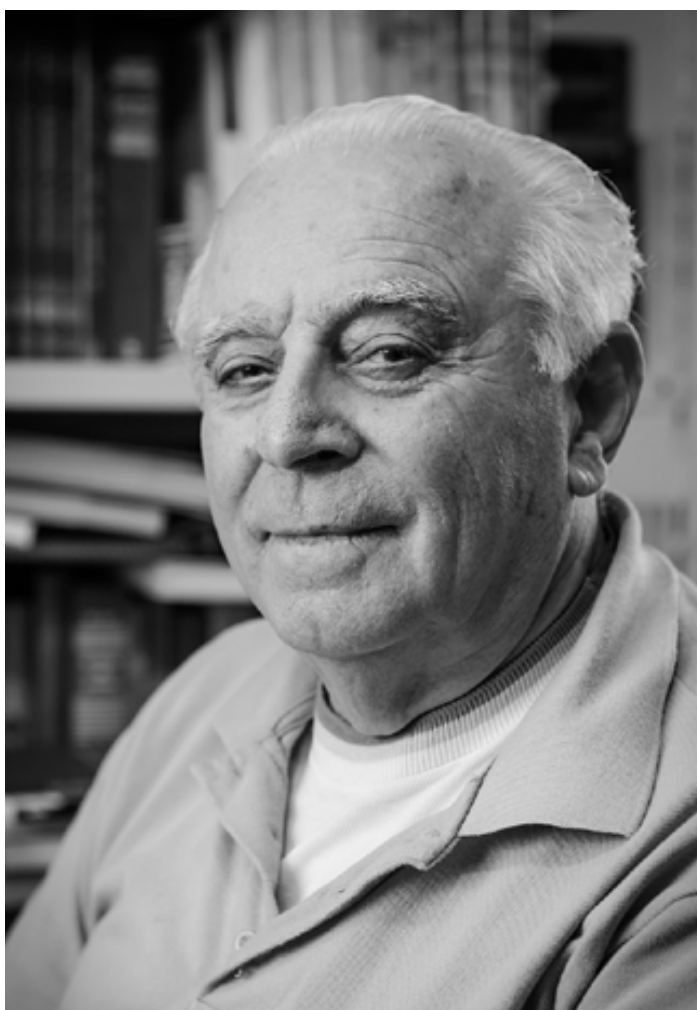
Realizada em 19 de novembro de 2015

Pesquisa e roteiro: Alice Melo

Entrevistadores: Ana Paula Goulart e Cláudio Ornellas

Transcrição: Hélio Cantimiro

Edição: Cláudio Ornellas



Diga, por favor, seu nome completo, o local e a data do seu nascimento.

Manuel Carlos da Conceição Chaparro. Eu nasci em uma vila chamada Tramagal. Pertence ao conselho – e a palavra “conselho”, aqui, significa município – de Abrantes, aquela cidade que se diz que tudo era igual, os quartéis eram iguais, iguais ao de dantes etc. Bem, uma brincadeira. Mas isso foi uma coisa fortuita, porque o meu pai era ferroviário e com frequência era transferido de estação para estação, e os filhos iam nascendo: uns aqui, outros ali. Então, na realidade, eu não tenho nenhum sentimento, nenhum apego a essa cidade de origem. A cidade a que eu sentimentalmente estou ligado é Vila Franca de Xira, onde vivi a minha adolescência, onde acabei tomando rumo e onde tenho grandes amigos. Culturalmente, eu sou um vila-franquense. Fica ali pertinho de Lisboa, em uma região chamada Ribatejo. Fica a 20, 25 km de Lisboa no sentido norte, na autoestrada Lisboa-Porto.

E como o senhor veio parar em São Paulo?

Bem, eu me tornei jornalista, surpreendentemente jornalista... É uma história comprida.

Em Portugal?

Sim.



Antes de contá-la, diga o nome dos seus pais.

Gabriel Marques Chaparro e Catarina da Conceição Chaparro, os dois alentejanos, de famílias alentejanas. E eu mesmo me sinto alentejano. Na realidade, as minhas raízes, as costelas, são todas alentejanas. Fiz, certa vez, uma viagem a Portugal só para ver se me sentia alentejano. E me senti alentejano. Passei uma temporada lá e me identifiquei. É um povo muito interessante, muito inteligente, filosófico. É muito interessante o alentejano.

Qual foi a sua formação, onde o senhor estudou?

Eu era filho de um operário. Em Portugal, nos tempos de Salazar, não havia a mínima possibilidade de você imaginar que o filho de um operário pudesse sequer fazer um curso secundário. Eu nunca fiz o curso secundário, nunca fiz. Mas eu era um menino esperto e tal, gostava de escrever. Tem uma historinha que está no vídeo do meu blog: eu comecei a me relacionar com o texto devia ter oito anos, nove anos, porque a molecada me pedia para escrever os bilhetinhos para as meninas. Eram escolas femininas e masculinas, eram separadas mas vizinhas. Era procurado e escrevia os bilhetinhos de amor das iniciações amorosas da garotada. E eu, quando estava terminando o curso primário, eram quatro anos, curso primário antigo, o professor chamou meu pai e disse: “Olha, o senhor precisa fazer o que puder para que ele continue estudar”. E o meu pai me matriculou em uma escola comercial em Lisboa, eu seria guarda-livros, contador. Não pagava passagem – ele era ferroviário –, dava para encarar. Mas eu adoeci, tive uma doença óssea, que eu soube muito mais tarde que era tuberculose óssea. Não havia tratamento para a tuberculose óssea. Havia já a penicilina, mas a penicilina era toda consumida pelo exército americano na época. A solução era o quê? Era você controlar a doença, saber se o bacilo tinha se instalado em mais alguma parte do corpo ou não e, no caso da tuberculose óssea, fazer a imobilização, para que não houvesse dor. O bacilo se instalou na cabeça do fêmur. Isso eu sei porque pesquisei depois. Eu voltei lá, vi o meu prontuário. Tenho o meu prontuário até hoje. Se instalou na cabeça do fêmur, e o tratamento era esse: esperar que a infecção regredisse. Fiquei quatro anos de cama, engessado, entre os 12 e os 16 anos. Eu cresci ali. Não é só por isso que eu sou baixinho, a família toda é baixinha. Mas isso deve ter ajudado também. E esses quatro anos foram decisivos. Quer dizer, ao fim dos quatro anos, o que aconteceu? A cabeça do fêmur tinha desaparecido, o bacilo comeu a cabeça do fêmur. Por isso a perna é mais curta. Aí os caras fizeram uma cirurgia, fizeram um enxerto ósseo, virou um osso só. Por isso eu não tenho articulação em cima. Por que esse tempo foi o período mais importante? Porque eu li uma biblioteca nesses quatro anos. O hospital tinha uma biblioteca boa, literariamente bem recheada.



O senhor ficou no hospital por quatro anos seguidos?

Fiquei no hospital. Entrei com 12 anos, não me lembro o dia, mas saí quatro anos depois no mesmo dia do mesmo mês. Foram quatro anos precisos. Coincidência, claro. E eu li a biblioteca, e fiz um jornal lá – durou um ano –, eu e mais dois colegas, um jornal semanal, rigorosamente semanal. A gente tinha uma noção de periodicidade intuitiva, sei lá. Tinha um dia certo para circular. Era todo feito à mão, diagramado. Era eu que fazia isso. Tinha um desenho, títulos e tal. Ficava uma semana inteira percorrendo o hospital, porque todos tinham doenças de internação prolongada: três, quatro anos, dois anos, uns sofrendo da coluna, outros das pernas. Tudo doença óssea. O jornal começou a incomodar as freiras e, ao fim de um ano, elas separaram a equipe, fragmentaram a equipe, acabou o jornal.

Qual era a pauta desse jornal?

Ele nasceu para ser um jornal de bom humor. Eu sou um cara bem-humorado, acho que tive influência nisso. Até o título era uma piada, o título era O Escarumba. “Escarumba”, em Portugal, é uma palavra que, na época, era muito conhecida, muito usada. Porque havia muita carvoaria, consumia-se muito carvão para aquecimento, principalmente aquecimento, e para cozinhar. Cozinhava-se muito em fogareiros de carvão. As carvoarias eram uma coisa presente nas cidades, uma marca forte na vida das vilas, aldeias etc. E o trabalhador da carvoaria era um sujeito que andava sempre sujo, por causa do carvão, e era chamado “escarumba” por causa disso, sei lá por quê – era o escarumba –, a situação de sujeira dele. Mas o jornal ficou sério, foi ficando sério. A gente começou a falar de problemas, a discutir questões. A gente entrando na adolescência, lendo livros... E o jornal começou a





incomodar as freiras, e elas, ao fim de um ano, separaram a equipe: foi cada um para um enfermaria, acabou o jornal. Mas foi interessante.

Ainda tem exemplares desses jornais?

Alguns números. Então, fiz o primeiro jornal lá. Mas nunca foi uma hipótese na minha cabeça, ser jornalista. Era uma coisa inviável em Portugal. Jornalista era profissão de doutor – doutor era o cara rico. Eu não tinha nem chance. Eu fui para o curso comercial porque o professor insistiu muito com o meu pai.

O que ocorreu depois da internação?

Depois que voltei, precisava trabalhar. A família era pobre, eu tinha que trabalhar. Tive vários empregos: fui trabalhar em uma loja de material de construção; depois fui para uma fábrica ser auxiliar do almoxarife, trabalhava à noite, fazia o turno noturno; depois fui trabalhar com o vigário. Eu já era da JOC, Juventude Operária Católica. Foi uma grande escola, uma espetacular escola, uma metodologia de formação de militância muito inteligente, muito criativa, que eu transporte para a pesquisa científica. Minha metodologia hoje, de alguma forma, me diferencia um pouco nesse cenário da pesquisa, que é a de você, por exemplo, estudar jornalismo a partir da observação concreta do jornalismo, do que se faz, do que é. Claro que usando isso com fontes teóricas de outras áreas, com linguística, sociologia, antropologia. Porque é isso: o jornalismo é um ambiente onde é possível detectar todas

as frentes teóricas da convivência humana.

“Eu já era da JOC, Juventude Operária Católica. Foi uma grande escola, uma espetacular escola, uma metodologia de formação de militância muito inteligente, muito criativa, que eu transporte para a pesquisa científica”

Eu já era da JOC, fui trabalhar com um padre, com um movimento social que havia lá na cidade, um movimento social muito forte. Ele era indiano, de Goa. Ele chegou em Vila Franca de Xira e viu as crianças pobres pedindo esmola na estação de trem, e ele se emocionou com isso, resolveu cuidar disso, assumiu isso como principal objetivo: tirar as crianças

da rua, educar as crianças. Ele criou uma obra sensacional, que tinha como objetivo fazer uma obra que não dependesse da caridade, se autossustentasse. Não consegui, mas... Aí começou, arranjou dinheiro, arranjou aliados, começou a construir casas, para que o aluguel das casas sustentasse a obra. Então, eu fui ser construtor civil. Eu era o presidente da JOC no município, eu que comandava o movimento da JOC. Fizemos lá uma pequena revolução.



Onde?

Em Vila Franca de Xira. A JOC era um movimento sensacional. “Ver, julgar e agir” – era o método. “Ver, julgar e agir”. Ver o quê? Você ia para uma reunião de militantes e contava um pedaço da sua realidade: a vizinha apanhava do marido, a criança que não tinha roupa, sei lá. Contava as coisas sem inventar nada. Começava-se a juntar esses pedacinhos e começava-se a discutir a relação de uma coisa com a outra: o que isso significa sob o ponto de vista econômico, o que isso significa sob o ponto de vista político, o que isso significa sob o ponto de vista ideológico, social. Diante deste problema, a terceira pergunta é essa: “O que nós podemos fazer?”. Não é o que precisa ser feito, é o que podemos fazer. Pode ser uma besteira, pode ser tirar um papel da rua. Mas “o que podemos fazer”? Era uma formação sensacional. Quem dirigia era preparado, era treinado, fazia cursos. Isto, eu transporte para a metodologia científica – com adequações, evidentemente. Se vocês leram o meu livro *Pragmática do Jornalismo*, vão perceber isso. Porque a JOC tinha um jornal muito bom e muito vigiado pela censura. Eu fiz um bom trabalho em Vila Franca de Xira e acabei me tornando dirigente nacional do movimento, acabei editor do jornal. Portanto, eu encontrei o jornalismo ali. O jornal tirava perto de 50 mil exemplares por mês, era uma edição mensal, que os militantes vendiam nas portas das fábricas. Era um jornal muito censurado, muito vigiado. A JOC era uma vanguarda da Igreja, uma vanguarda quase pré-conciliar.

Qual era o nome do jornal?

Juventude Operária. Eu fui editor desse jornal e depois me tornei jornalista profissional. Eles já me conheciam, conheciam o jornal. Quando eu pedi emprego, foi fácil. São os caminhos da vida, nada foi planejado.

Jornalista durante o período salazarista.

Eu era antissalazarista, claro. Mas, em Portugal, quando criança, todos eram salazaristas e monarquistas. Na escola, não se estudava república, só se estudava a história dos reis. O Salazar era um ditador sensacional, muito inteligente, muito esperto. Ele era um salvador da pátria, porque a anarquia da era republicana foi uma anarquia lascada, e ele pôs ordem na casa, criou a moeda, fortaleceu a moeda. E fechou Portugal, isolou Portugal. Por exemplo: na guerra era proibido ouvir notícias da guerra, os rádios eram vigiados. Você, se conversar com os velhos salazaristas, ainda





devem existir alguns aqui no Brasil, eles são salazaristas por gratidão. O Salazar, depois da guerra, ganharia qualquer eleição. Ele podia ter feito uma democracia sensacional. Tinha preparo intelectual para isso. Mas ficou na ditadura. Porque ele criou uma ditadura mais forte que ele. Ele morreu, a ditadura continuou sem ditador, porque o Marcelo Caetano não era ditador, tentou várias vezes acabar com aquilo e não conseguiu. Ele fez uma ditadura em um tripé: policial, não militar, os quartéis eram desarmados. Veja como ele era esperto; concentração econômica: Portugal era o país mais pobre da Europa e tinha a quarta empresa da Europa; e partido único. Esse era o tripé.

O senhor falou sobre a censura quando era editor do jornal da JOC. Como lidou com isso depois, como jornalista profissional?

Eu aprendi a lidar com a censura. Eu trabalhava como repórter em duas edições e depois, em uma terceira edição, ia fazer a secretaria gráfica – que lá se chamava redator paginador –, ia para a oficina. Nessa função, eu tinha contato com a censura, para saber quais eram os cortes que vinham. Porque a censura era genial. Essa censura brasileira, que nós tivemos aqui, foi uma esculhambação, uma censura incompetente, sem fundamentação legal. Lá, era tudo legal, não podia atrasar os jornais, a lei não permitia que gerasse prejuízos econômicos às empresas – a lei de censura. Quando vinha uma prova para revisão, ia uma prova para a censura. Havia um serviço permanente de office boys levando e trazendo provas. A prova ia para a revisão e para a censura, e as duas voltavam quase simultaneamente. A censura era ágil. E eu, como secretário gráfico da edição, entrava em contato com o censor para ele me antecipar os cortes pelo telefone, em confiança. A gente conversava com os censores. Eu continuava sendo editor do jornal da JOC, e houve uma vez que eu enganei a censura com uma edição que publicou, na íntegra, um manifesto internacional que cabia como uma luva com crítica à realidade portuguesa. A gente encontrou o horário do censor preguiçoso, localizamos o cara e liberamos o manifesto aos pedaços, com o jornal na boca da máquina quando veio a última prova. Isto, com emoção, porque o movimento católico devia obediência ao episcopado”

“A gente encontrou o horário do censor preguiçoso, localizamos o cara e liberamos o manifesto aos pedaços, com o jornal na boca da máquina quando veio a última prova. Isto, com emoção, porque o movimento católico devia obediência ao episcopado”

A história da edição foi por causa de um livro. Nós fizemos um livro, e tínhamos que ter a autorização do bispo, mas só fomos pedi-la depois que o livro já estava impresso. O bispo disse o seguinte: “Eu autorizo, desde que vocês consigam liberar e publicar o manifesto inteiro no jornal, sem cortes”. E era uma coisa impossível. Aí fizemos essa coisa e enganamos a censura.



E as consequências?

As consequências foram as seguintes: eles descobriram quando a gente mandou o artigo de apresentação da edição. Na primeira página, foi o último texto. Eles descobriram que tinham sido enganados, cortaram o artigo quase todo, mas o que já estava liberado estava liberado. Quando veio o artigo, a gente fechou a página e o jornal andou. Não havia apreensão do jornal: se fosse liberado, estava liberado. Não havia essa figura da apreensão de jornal.

O senhor não falou o nome do jornal em que foi trabalhar depois.

Diário Ilustrado, um jornal muito interessante. Durou pouco tempo, mas foi uma experiência, um jornal de inovação. Foi o primeiro jornal que teve suplementos diários. Mas é um desvio da conversa. Então, depois, as consequências: o cara nos chamou, o diretor da censura, alguns dias

depois, com um exemplar todo rabiscado – pelo Salazar. A bronca que esse cara deve ter levado... Ele estava furioso: “Isto não podia ter saído”. Letra do Salazar. Depois, nós sofremos durante algum tempo. Para sair com um jornal, tínhamos que escrever três, porque os caras cortavam à toa.

Valeu a pena?

O poder do censor, o poder individual do censor era o segredo da censura. A censura era um sistema muito inteligente e que, em grande parte, se apoiava na burrice e nas idiosincrasias do censor. Ele jamais seria punido por cortar alguma coisa. Então, se ele era um cara moralista, cortava foto de mulher de biquíni, fazia qualquer coisa. A burrice do censor era um dos segredos da inteligência censora. Mas valeu, valeu a pena. Qual é a primeira grande vitória da censura? Foi o que aconteceu no Brasil. É a instalação de uma autocensura espontânea. Mesmo quando nós escrevemos para enganar o censor nas entrelinhas, nós enganamos o leitor.



Quando o senhor veio para o Brasil e por quê?

Em 1961, por causa da censura. Como militante da JOC, eu era um jovem politizado, era dirigente nacional, dava cursos, treinamentos. Lia. E o meu pai era operário, meu pai era um homem medroso. Eu só descobri que ele era socialista depois de 1974, e depois que ele morreu, aliás. Eu encontrei um caderno em que ele escrevia. Ele gostava muito de escrever. Ele se alfabetizou sozinho, aos 20 anos. Tinha uma letra bonita. E ele tinha um caderno em que fazia anotações. Nesse caderno, que a gente encontrou depois que ele morreu, ele se revelava um socialista, um cara de cabeça socialista, com sonhos socialistas. Ele se angustiava muito por ver que os pobres portugueses, os trabalhadores portugueses, não tinham informação. Nós éramos proibidos de falar de partidos, de coisas políticas. Ninguém podia escrever sobre nada político, a não ser se fosse para elogiar. A única liberação que a censura nos dava: nós podíamos criticar os administradores locais. Esse era um dos segredos do Salazar, veja como o cara era esperto. Então, as cidades tinham que estar limpas, pintadas, organizadas, sem buracos. Qual era o controle que o Salazar tinha sobre esses caras? A liberdade jornalística de falar deles. Não havia nada funcionando mal que não virasse notícia, e isto, para o administrador local, era a morte. Mas, sobre o resto, não havia informação. A consciência crítica do trabalhador não existia, porque não havia informação. Eu comecei a desenvolver a ideia de me tornar jornalista profissional para ajudar a resolver esse problema. Mas descobri rapidamente que não dá, quer dizer, não existe jornalismo com censura. Você não faz jornalismo, cria uma simulação de jornalismo. Você acaba escrevendo muito mais para o censor do que para o leitor. Então, havia em Natal, no Rio Grande do Norte, um movimento social chamado Movimento de Natal, do dom Eugênio Sales. Dom Eugênio Sales, na época, era o bispo mais jovem do Brasil. Tinha 40 anos, 40 e poucos anos, acho eu. O movimento social dele era uma coisa espetacular. Ele criou uma rádio inspirada em uma experiência colombiana. Criou um curso de alfabetização pelo rádio, um curso de politização – de alfabetização e de politização –, que chegou a ter 20 mil alunos. Eram rádios que só captavam a emissora dele, a emissora diocesana. Uma rede. Ele treinava monitores. Tinha uma rede de cooperativas sensacional – que trabalhava com artesanato, promovia os artesãos, comercializava os produtos do artesanato –, comunidades de base e sindicatos rurais. Esses sindicatos rurais que hoje existem foram criados lá, nasceram lá no Rio Grande do Norte, e de lá cresceram. O primeiro presidente da Confederação dos Trabalhadores Rurais foi o presidente da federação do Rio Grande do Norte. Ainda está lá, ainda hoje. Ele é da CUT, eu acho, é o presidente da CUT no Rio Grande do Norte. Então, era uma obra social. Ele tinha um jornal diocesano de paróquia, de sacristia, um jornal que ele não conseguia mudar. Tinha um ótimo diretor de redação, mas o diretor de redação era simbólico, era o diretor da Faculdade de Direito. Era um homem muito bom, muito competente, um intelectual respeitado e que escrevia ótimos editoriais. Mas o jornal mesmo era um negócio de sabor paroquial. E ele soube da minha existência não sei como, acho que através da JOC também – ele trabalhava com a Ação Católica. E me convidou. O irmão dele, que depois foi bispo, dom Heitor, foi lá em Lisboa me convidar



para trabalhar aqui, mudar o jornal. Eu aceitei na hora, porque o Brasil era o ícone da liberdade, da democracia. Para o imaginário português, era o filho que deu certo. Vim na hora, para fazer jornal com liberdade. Aceitei. Casei – ele impôs algumas condições, uma delas casar. Vim casado – eu já namorava havia sete anos. Mas demorou um tempo. Por causa da doença da perna, era preciso uma autorização especial, uma avaliação etc. A lei de imigração exigia essas coisas. E eu vim em 1961. Vim para Natal, fiquei três anos na cidade. Mudamos o jornal. Eu fiz uma grande aliança com esse diretor, um sujeito espetacular. Ele, por exemplo, representou os leigos do Brasil no Concílio Vaticano II, foi um dos representantes dos leigos do Brasil no concílio. O jornal – não foi de repente, porque essas coisas devem ser lentas – mudou e se tornou o grande instrumento de discussão pública, o inspirador da discussão pública no Rio Grande do Norte. Era um jornal independente, que era uma coisa difícil de haver, sensato, sem ousadias irresponsáveis, mas sem medo também. Por exemplo: apoiou a greve da Polícia Militar. Houve uma greve da Polícia Militar no Rio Grande do Norte em que o único policial que não entrou em greve foi o comandante da polícia, todos os outros entraram, porque era uma situação de fome, de fome explícita, de soldados desmaiando na parada da manhã por fome. O jornal era muito pobre: tinha duas linotipos e uma rotoplana, que vocês não sabem o que é, nunca ouviram falar. É uma mistura de rotativa com plana, quer dizer, um estágio intermediário entre a plana e a rotativa. Trabalhava com bobina, mas a impressão era plana, de contato direto do papel com o chumbo. Em três anos, esse jornal ganhou quatro Prêmios Esso.

O jornal se chamava A Ordem?

A Ordem, é. Desses quatro, três foram prêmios meus. Teve um outro repórter, que depois foi deputado, Ney Lopes, virou coronelzão nordestino. Depois dali, eu fui para a Sudene.

Por conta desse trabalho?

Eu acho que sim, por causa dos Prêmios Esso. Foi um privilégio eu ter entrado pelo Nordeste. Vocês não fazem ideia de quanto é diferente você aprender Brasil pela perspectiva do Nordeste, porque a síntese do Brasil está lá, não está aqui.

A Sudene era chefiada pelo Celso Furtado, na época?

Era o Celso Furtado. Quando aconteceu o golpe, eles tiraram o Celso Furtado e colocaram um general – um general, com vários militares em cargos e tal. Então, ele organizou um movimento civil para pressionar o Castello Branco, que era conterrâneo dele e acho que amigo também, para devolver a Sudene aos civis e aos técnicos. O Castello Branco aceitou a pressão e, em outubro de 1964, chamou o João Gonçalves de Souza, que depois foi ministro, ele era secretário-geral da OEA e era



“Foi um privilégio eu ter entrado pelo Nordeste. Vocês não fazem ideia de quanto é diferente você aprender Brasil pela perspectiva do Nordeste, porque a síntese do Brasil está lá, não está aqui”

um técnico. Ele foi nomeado superintendente da Sudene, na época, era uma espécie de superministro. E eu sei lá por que me convidaram para montar a área de comunicação da Sudene. Não sei se houve influência do dom Eugênio para a indicação, se foi por causa dos Prêmios Esso, sei lá. Eu fui, porque em Natal você tinha um potencial profissional limitado, batia com a cabeça no

teto, porque não dava para subir mais. E eu fui para a Sudene para uma experiência. Depois, entrei na imprensa regional, no Recife. Ganhei mais um Prêmio Esso, no Diário de Pernambuco, e comecei a trabalhar na sucursal da Folha de S. Paulo. Depois, vim para a Folha aqui em São Paulo.

O senhor trabalhou no Jornal do Commercio também?

E no Diário de Pernambuco, nos dois. Saí da Sudene para o Jornal do Commercio. Montei na Sudene um modelo de assessoria de imprensa jornalística, que era uma coisa que serviu depois para o meu mestrado. Desenvolvi práticas, ideias, comportamentos de jornalismo dentro da instituição. Eu sempre acreditei que a fonte era uma parte importante do jornalismo, mesmo como repórter. A cultura jornalística é muito arrogante. Veja o que fizeram com Watergate. Tem dois grandes heróis de Watergate, que são os dois repórteres. Não se fala na fonte. O grande herói da reportagem é a fonte. É engraçado como isso era intuitivo, porque eu não tinha formação acadêmica, mas eu quis montar uma experiência jornalística de assessoria de imprensa. E montei. Funcionou muito bem, e isto me deu base para, depois, desenvolver outras experiências, fazer o meu mestrado, cujo título foi “A Notícia (bem) Tratada na Fonte”. Criei essa teoria, que é minha e está por aí sendo espalhada. O jornalismo vive atualmente a sua terceira ou quarta grande revolução, o jornalismo moderno, que é a revolução das fontes. É uma revolução competente, profissionalizada, que mudou o jeito de fazer jornalismo. Depois, desenvolvi outra experiência, na USP, já como diretor de comunicação da área cultural da USP, para o meu mestrado, que foi criar um boletim. A hipótese era a seguinte: para a gente conquistar espaço na mídia não precisa telefonar, oferecer almoço, mandar menininha de minissaia levar press release, o que se fazia na época, basta mandar notícias de relevância, notícias boas. Então eu criei um boletim chamado Pré-Pauta, para fazer a divulgação da produção científica da USP, que foi um sucesso. Eu nunca liguei para um jornalista, nunca liguei para um pauteiro, nunca visitei uma redação. Estudamos bem a situação, criamos um modelo, o conceito do boletim, que era o de mandar as informações – sem promover a USP. Jamais houve uma notícia ali que tivesse promoção. Nunca publicamos o nome do reitor. Era a produção científica, a informação relevante para a sociedade. O critério era esse: o que isto interessa para as pessoas hoje? Dávamos um texto, um tex-



to resumido da coisa, propondo que o pauteiro aproveitasse aquilo como ponto de partida para uma reportagem. Criamos o hábito, e hoje é comum, de dar o telefone da fonte. Se você quisesse ler mais coisa, podia ligar para o cientista – inclusive para desmontar essa coisa de que a assessoria é uma barreira, um filtro. O sucesso foi um negócio espantoso. Espantoso. De você ter, às vezes, notinhas pequenas transformadas em várias reportagens de rádio, televisão, jornal. De ter cientista que me procurava: “Eu não aguento mais, Chaparro. Tenho que ter uma secretária só para atender jornalista”. Então, veja, quando eu discuto essas coisas de fonte, eu sei do que estou falando. Na Sudene, eu fiz propostas ao superintendente, e ele aceitou – ele era um homem muito sensato. Já morreu, coitado. Foi ele que criou o Projeto Rondon, João Gonçalves de Souza. A UNE fica proclamando que foi ela, não tem nada disso. Quando foi no Rio, o meu último Prêmio Esso, ele foi lá para me entregar, e fez um discurso onde anunciou que ia criar o Projeto Rondon.

O senhor falou que saiu do Diário de Pernambuco e foi para a Folha.

Não, eu trabalhava lá, tinha dois empregos: eu trabalhava no Jornal do Commercio e comecei a trabalhar na sucursal da Folha junto. E depois mudei do Jornal do Commercio para o Diário de Pernambuco.

No Diário de Pernambuco, o senhor ganhou o outro Prêmio Esso?

Ganhei o Prêmio Esso, sobre artesanato. O título era “As Dez Mãos do Artesão”. Mostrava como o artesanato era importante como atividade econômica para as pessoas, para os artesãos. Foi o Prêmio Esso de Informação Econômica.

Em A Ordem foi sobre o quê?

Foram três. O primeiro foi uma reportagem acidental. Eu estava havia pouco tempo em Natal, e havia no Rio Grande do Norte uma aldeia, um povoado chamado Sibaúma, de descendentes de antigos escravos fugitivos. Fugiram e criaram um isolamento. Havia lendas. Os moradores daquele povoado tinham medo do mundo externo, e o mundo externo tinha medo deles. E eles viviam isolados. O vigário de Goianinha conseguiu conversar com o líder. O líder saía, era o único cara que saía para fazer trocas, fazer compras, arranjar uma professora. Havia uma professora que ia lá dar aula para as crianças. Ele conheceu o líder, e eles se integraram muito. Abriam, então, uma picada, uma estradinha, de acesso a Sibaúma, que era uma coisa linda. Tinha um rio e uma praia, tinha água doce e tinha água salgada. Eu fui lá por acaso, porque estava em Natal havia pouco tempo. Fui no jipe que inaugurou a estrada. Eu soube da notícia e fui lá. Entrevistei um ancião para contar a história de Sibaúma. Depois, nos anos seguintes, foram reportagens pensadas para ganhar. Vi que o Prêmio Esso era uma



coisa boa para o jornal, para mim, para a cidade. Então, depois, eu fiz uma reportagem em Macau, a cidade do sal. A grande produtora de sal do Brasil é uma cidade chamada Macau. Ali há um conjunto de condições ambientais que favorecem a evaporação. Por isso tem uma grande produção de sal. Era uma cidade rica – rica potencialmente. Era uma receita espantosa, só que era quase tudo roubado. Passei uns dias em Macau e fui fazer uma reportagem sobre os segredos da cidade, a revelação daquelas coisas, porque era uma cidade diferente. Para vocês verem quanto era diferente, tinha 12 mil habitantes na época e 1,2 mil prostitutas profissionais – 10% da população. Havia uma categoria de trabalhadores do sal – a dos privilegiados. Macau não tem condições de ter porto, a costa não dá. Não tinha também terminal. Então, o transporte do sal era feito em barcaças para navios que ficavam ao largo. Esses caras que faziam o transporte eram classificados como “estivadores”. “Estivador” era uma categoria superprivilegiada, ganhava muito bem, uma categoria politicamente forte. Eles torravam o dinheiro todo no fim de semana. Ganhavam muito bem e torravam. Havia gente que não tinha nada em casa. Torravam o dinheiro em mulher, jogo, bebida. Os fins de semana em Macau eram uma coisa. Eu fui lá, entrevistei a prostituta mais cara, mais disputada, que era uma mulher muito bonita do Rio Grande do Norte. Tinha sido prostituída por um médico que era famoso na cidade. Ela me contou a história dela. Ela estudava em um colégio onde também estudava a filha desse médico, e ele





usava a filha para levar as meninhas para casa. Essa reportagem ganhou o prêmio regional, Norte/Nordeste, que é um grande feito para um jornal pequenino, sem nenhuma chance de competir com a imprensa de Belém até Salvador. Depois, eu fiz uma reportagem sobre a pesca no Nordeste. O Nordeste tem a zona pesqueira mais rica do Brasil. Lá, os peixes todos são nobres: do atum à garoupa. Quem pescava aqueles peixes eram as frotas de outros países. Aquela margem de domínio de águas continentais era muito estreita. Acho que eram 5 ou 6 km. Hoje são 100 ou 200 km. Hoje é grande.

O estabelecimento desse novo limite foi feito durante a ditadura.

Então, as frotas japonesas, as frotas desses países que vivem do mar vinham aqui pescar o peixe brasileiro. A pesca brasileira era toda artesanal, e havia uma exploração. Eu descobri na reportagem que o jangadeiro raramente era o dono da jangada. Havia o cara que explorava os jangadeiros, que era o dono da jangada. Alguns eram americanos. Eu percorri a costa do Nordeste. Não

sei como arranjei dinheiro, porque não tive patrocínio. Eu consegui viagens de graça com a Varig a troco de publicidade, alguma coisa assim, mas foi só. E fiz uma reportagem sobre a pesca nordestina: “Guerra à Jangada”, se chamava. “Guerra à Jangada” porque a jangada era uma espécie de latifúndio do mar, essa foi uma ideia com que trabalhei. Foi uma reportagem gostosa de fazer, foi um suplemento especial. E depois, no Diário de Pernambuco, eu fiz a reportagem do artesanato, o artesanato como atividade de sustentação econômica de uma faixa de pobreza.

“Nos anos seguintes, foram reportagens pensadas para ganhar. Vi que o Prêmio Esso era uma coisa boa para o jornal, para mim, para a cidade”

Como foi o seu trabalho na Folha?

Na sucursal da Folha, nós fizemos grandes suplementos, três grandes suplementos. Fizemos dois do Nordeste e um da Amazônia. Esses suplementos foram um grande sucesso jornalístico aqui em São Paulo e um grande sucesso financeiro, econômico, publicitário. O sucesso foi tão forte que o Octavio Frias trouxe a equipe toda da sucursal para implantar aqui o departamento. Criou um departamento de suplementos especiais. Nós viemos para cá em 1967, e o primeiro suplemento que fizemos foi um suplemento sensacional sobre a Grande São Paulo. Foi no ano em que saiu a lei criando a figura jurídica das metrópoles, a figura geopolítica das metrópoles. Nós fizemos um suplemento de 450 páginas, tabloide, sobre a questão metropolitana de São Paulo. Você nem imagina, o governo do estado se instalou na redação. Nós tínhamos mais informações do que o governo do estado. E ele instalou uma equipe na redação para se informar sobre a questão metropolitana. Descobrimos sabe o quê? Um padre urbanista francês, o padre Lebret, tinha sido contratado pela prefeitura de São Paulo em 1956, me parece, para fazer um plano sobre o crescimento de São Paulo, um estudo



das tendências do crescimento de São Paulo. Foi um plano espetacular. Ninguém mais sabia desse plano, porque ele foi contratado pelo Adhemar de Barros e o Adhemar de Barros engavetou o plano. Nunca ninguém tinha visto esse plano. Nós descobrimos e publicamos. Um dos cadernos foi o resumo do plano. O Faria Lima ficou louco: “Mas como é que isso existe e eu não sei?”. Depois, fizemos vários suplementos. Eram temáticos. Eu fazia as pautas. Viajava para fazer as pautas, me informava. Viajei para a Amazônia para fazer o suplemento da Amazônia. Discuti as coisas lá com empresários, técnicos. Depois, fazia as pautas, que eram gigantescas, e coordenava, depois fazia a secretaria de redação. Trabalhei pra burro nessa época.

O senhor conheceu os professores José Marques de Melo e Gaudêncio Torquato nessa época?

Eu conheci o José Marques na Sudene, e o Gaudêncio também. O Gaudêncio era foca, o primeiro emprego dele acho que foi no JB, na sucursal do JB no Recife. E eu estava montando a assessoria de comunicação da Sudene, me instalei lá. O Marques trabalhava na Sudene, era um jovenzinho ambicioso do Partido Comunista. Ele trabalhava na área de planejamento, cuidava das publicações na área de planejamento da Sudene. Depois, eu soube que o pessoal do PC ficava de olho em mim para ver o que acontecia. Eu conquistei a confiança deles com duas coisas. Isso, o Marques me contou depois. Primeiro, nas propostas que eu fiz ao superintendente. Eu fiz três propostas para ele quando me instalei. A primeira, não gastar um tostão em publicidade. A força da Sudene era a riqueza do conteúdo que ela tinha. A divulgação da Sudene tinha que ficar vinculada aos objetivos da instituição. O que nós íamos fazer? Nossos objetivos eram os objetivos da instituição. Então íamos usar o jornalismo em função dos objetivos da instituição. Ele concordou, não gastamos um tostão em publicidade. Você nem imagina o trabalho e os dissabores que isso deu, porque a corrupção do jornalismo, naquela época, era uma coisa terrível. Terrível. Você tinha as edições de O Cruzeiro e da Manchete simuladas de jornalismo, era tudo matéria paga. David Nasser enriqueceu escrevendo a favor ou contra. Você tinha os colunistas, que usavam a coluna para chantagear publicidade e tal. O que eu sofri, por exemplo, com o filho do Câmara Cascudo, o Fernando Câmara. Ele era o diretor da Manchete no Nordeste e tinha uma coluna no jornal, uma coluna dessas de notinhas. Não havia dinheiro para publicidade. Eles faziam aqueles suplementos, iam à Sudene, e a resposta era negativa. Nunca saiu um tostão de publicidade. Eles fizeram um suplemento sobre o Nordeste, tudo pago, e propuseram à Sudene comprar. Tinha um nome técnico, não lembro qual era. Eles faziam um acréscimo de tiragem do suplemento para vender a instituições. Queriam que a Sudene comprasse uma tiragem grande de um caderno, de publicidade, e eu fui consultado e disse não. O superintendente manteve o não. Imagina as notinhas que saíram na coluna daquele cara. Fiz mais duas propostas. Uma meio louca, mas que também funcionou bem: “Se, a meu critério, um jornalista precisar falar com o senhor na hora, por questões de tempo, prioridade da informação etc., o senhor interrompe o que está fazendo



e atende o jornalista”. E ele aceitou. Eu interrompi reuniões com ministros. E a terceira proposta: “O que importa são os objetivos da instituição. Eu vou ser o cara mais bem informado da Sudene. Vou montar um esquema para eu ser o cara mais bem informado da Sudene. Se eu descobrir alguma coisa dentro da Sudene, alguma malandragem, que contrarie os objetivos da instituição, eu entrego isso em off a um bom repórter”. Ele concordou. Resolvi vários problemas assim. Minha equipe eram três repórteres. Tinha um que passava o dia inteiro vasculhando o que tinha de noticiável dentro da instituição. Com esse cara, eu resolvia três problemas. Eu me tornei, em pouco tempo, o cara mais bem informado da Sudene, porque tinha também as informações da cúpula. Outro problema resolvido: eu tinha uma fonte inesgotável de pautas para oferecer a free-lancers e pauteiros de sucursal. O cara da sucursal, o que ele quer é conquistar espaço na edição do sul, ele precisa de boas pautas. E eu tinha também um estoque quase inesgotável de notinhas para dar a colonistas, que vivem de notas exclusivas: “Tem alguma coisa para mim?”. Eu nunca disse que não, sempre tinha. O outro repórter fazia só reportagens, fazia um estoque de reportagens – não sobre a Sudene, sobre o Nordeste. Promover a Sudene não era o objetivo. E o terceiro repórter fazia o dia a dia, o press release, para atender os repórteres, os setoristas e tal. E tinha uma secretária. Essa era a minha estrutura, e funcionou muito bem. Uma vez, eu chamei os repórteres para discutir como acabar com o press release: “O que eu quero é que vocês façam a matéria como vocês acharem que devem fazer”. Ninguém aceitou, todo mundo quis press release. Então fiz um acordo com eles. Porque me interessava, como assessor de imprensa, agregar à divulgação da Sudene a criatividade de cada um. Além disso, eu queria evitar que a mesma notícia saísse em mais de um jornal.

“Então íamos usar o jornalismo em função dos objetivos da instituição. Ele concordou, não gastamos um tostão em publicidade. Você nem imagina o trabalho e os dissabores que isso deu, porque a corrupção do jornalismo, naquela época, era uma coisa terrível”

Porque, se o cara aceita só o press release, no outro dia você tem as mesmas notícias, o que é uma coisa horrível para a fonte. Além disso, ao fazer isso, você despreza a incorporação da criatividade do repórter. Então eu propus um acordo que eles aceitaram. Acho que eles nem perceberam qual era a importância desse acordo: “Tudo bem, vamos continuar com o press release. Com uma condição: o press release vai ser discutido e quem fizer perguntas a partir do press release, a resposta é só dele”. Todos aceitaram, porque todos querem também brilhar, porque para eles é ruim ter a mesma notícia. O que aconteceu? A manchete de cada jornal era sempre a pergunta que o cara tinha feito.

Essa experiência foi importante para o senhor depois, na montagem da Proal?

Sim, tudo é importante. O movimento operário me deu uma percepção da importância do outro. E, mesmo sem ter nenhuma fundamentação teórica, eu percebia claramente que o outro é que era



importante. Nunca tive essa dúvida, nem nunca tive dúvida de que a fonte era essencial e que pertencia ao jornalismo, faz parte do processo. Como o leitor faz parte do processo – ele é tratado como objeto na cabeça do jornalista –, porque ele tem o poder de rejeitar ou aceitar o que a gente diz, o que a gente escreve. E sem ele não há sucesso.

O senhor estava falando sobre esse seu primeiro contato com o professor José Marques, na Sudene.

Vocês não sabem, são muito jovens, mas o jornalista não pagava imposto de renda, o jornalista tinha o emprego que quisesse, o jornalista ganhava jetom dos setores que ele cobria. Quando cheguei a Natal, eu fiquei escandalizado. Você tem um respeito pela profissão, um autorrespeito pela profissão. E eu fiquei escandalizado quando descobri que os repórteres de jornal ganhavam da assembleia legislativa, das secretarias de estado que eles cobriam. O que eu fiz foi proibir isso, proibir o jetom. Foi um escândalo, você nem imagina. Teve que se renegociar salário, porque isso fazia parte do cálculo salarial. Tem uns caras hoje que dizem que antigamente era melhor, imagina, que o jornalismo de antigamente era melhor. Eu proibi. Quando eu fui para a Sudene, trabalhei com uma arquiteta para a apresentação da assessoria não ser uma porta que representasse um impedimento de entrada, mas uma porta que convidasse a entrar. Então, um ambiente era bonito por dentro, agradável, enxuto – era eu, a secretária e os repórteres, pouca gente – porta de vidro. No dia da inauguração da assessoria



de imprensa, a primeira coisa que aconteceu: os repórteres, os credenciados – e olha que era Jornal do Commercio, Diário de Pernambuco, JB, Globo, os jornais do sul, a grande imprensa do sul, alguns tinham sucursal, outros tinham correspondentes – me encostaram na parede, literalmente, com a seguinte pergunta: “Quanto é que nós vamos ganhar?”. Vejam como era o negócio. Eu disse: “Nada”. “Como?!”, espanto. “Mas todos pagam.” Pelo seguinte: “Vocês vão fazer



cobertura da Sudene. A Sudene é um organismo público, que precisa ser criticado. Se eu pagar a vocês, como é que vocês vão criticar?”. Foi uma batalha depois para segurar a barra. O pessoal do José Marques soube disso, então eu fiquei com prestígio. E também fiquei com prestígio com o negócio de não gastar dinheiro em publicidade. Também não foi fácil. Teve um cara que fazia documentários com merchandising. O que ele me pressionou – ele era amigo do chefe de gabinete – para eu dar grana. Ele chegou a mandar uma mulher para cima de mim, a Aurora Duarte, uma atriz que era um mulherão naquela época. Não gastamos um tostão.

Ele não foi exatamente sutil.

Ele me dava presentes, me dava brindes, levava cortes de tecido inglês. Eu pegava o brinde e entregava ao chefe de gabinete: “Olha, o cara lá me entregou esse negócio, me deu isso de presente. Fica aqui para você”. Fazia isso. Eu aceitava o presente, porque o cara tinha dado. Aí eu levava para o chefe de gabinete, um tal de Amorim: “Está aqui”, um cara que era amigo, “ele me deu este presente. Fica aqui para você”. É curioso.

Como aconteceu a saída da Folha e a abertura da Proal?

Quando o Frias trouxe a equipe da sucursal para aqui, viemos todos, e eu fiquei em um hotelzinho perto da Folha uns dias com o Torquato. Ficamos muito amigos. Eu o recebi na Sudene primeiro como foga, ele estava iniciando a carreira, nervoso, muito agitado. E ele tinha muito mais cacoetes do que tem hoje. Mas era um bom repórter, era um ótimo repórter. Ele ganhou um Prêmio Esso: no mesmo ano em que eu ganhei de informação econômica, ele ganhou de informação científica. Ele ganhou no Jornal do Commercio, com a matéria “Barriga d’Água: a Doença que Mata na Cura”. O título era espetacular, sobre a esquistossomose. Então, trabalhamos juntos na Folha. Nós chegamos a ter muita gente, um departamento de arquivo espetacular, bons repórteres. O Calazans Fernandes era o diretor do departamento, um grande jornalista – o Frias tinha uma grande admiração, um grande apreço, pelo Calazans. E o Carlos Caldeira Filho é que cuidava da publicidade. O Caldeira cuidava da publicidade e das oficinas, da tecnologia, e o Frias cuidava da redação. Eles tinham um acordo entre eles: o que um decidisse na sua área, o outro não contestava, aceitava tudo. O Caldeira passou um ano no exterior estudando a questão da indústria gráfica, porque a Folha queria mudar o parque para offset etc. O Frias, então, chamou o Calazans e nomeou o Calazans diretor comercial da Folha. Ele era, ao mesmo tempo, diretor de suplementos e diretor comercial. Como diretor comercial, ele organizou a parte comercial da Folha. Chamou um primo dele que era um planejador, um técnico de planejamento, Gileno Fernandes. O Gileno informatizou o negócio, ficou modernizado. Quando o Caldeira voltou, chamou o chefe de publicidade: “Quantos centímetros temos?”. Era um negócio de medição de centimetragem, que era o único critério de você olhar a publicidade. Aí o chefe disse:



“Para dar essa resposta aí, agora a gente tem que consultar não sei o quê, tem que mexer no computador”. Aí o Caldeira achou que estavam entrando no terreno dele, solapando o poder dele: acabou com os suplementos. Simples. E nós estávamos fazendo um grande suplemento sobre o futuro da indústria brasileira, que era um suplemento sensacional, uma discussão das coisas que faltavam, os rumos da indústria brasileira, a política industrial, políticas públicas de desenvolvimento. Eu tinha feito a pauta desse suplemento. Era um suplemento para sair em vários cadernos, uma discussão profunda, e eu tinha pedido artigos a alguns especialistas e a alguns empresários. A gente intercalava reportagens, artigos, entrevistas. Quando fecharam os suplementos, o diretor financeiro da Folha me chamou – Vanderlei era o nome dele – e disse: “Chaparro, é o seguinte: você já tem esses artigos aí. Você chama os caras, devolve os textos e pede desculpa, mas não paga”. Aí eu disse: “Não faço isso, não faço”. Ainda me lembro bem da resposta que dei: “Se eu tiver que falar com eles, é para dizer para cobrar, porque eu negocieei com eles o preço, eles escreveram, eles têm que receber”. Fui demitido na hora, sem discussão. Eu ia para o Jornal da Tarde para ser redator econômico. A economia fazia parte da política, e não havia autonomia dentro da estrutura do Jornal da Tarde. Estava tudo certo, mas aí saiu o AI-5 e fechou o mercado. E também tinha havido não sei se o fechamento ou uma demissão grande na Realidade, uma crise na Realidade. Havia muitos jornalistas desempregados. A Folha, não sei se vocês sabem, sempre teve grandes problemas na conquista de classificados. Os

“Havia muito jornal de empresa malfeito, feito por amadores. As empresas gastavam dinheiro à toa. A Ultragas aceitou que aquele contrato individual comigo se transformasse em um contrato com uma empresa. E eu criei a Proal - Programação e Assessoria Editorial”

classificados iam para o Estadão e o Diário Popular. Então o diretor comercial da Folha teve uma ideia de criar uma coluna sobre indústria automobilística dentro dos classificados, para seduzir os anunciantes. O Joelmir Beting era um cara que escrevia muito bem, mas estava trabalhando em uma agência. Naquele tempo havia os incentivos fiscais e havia muitas agências que faziam projetos para empresas. Foi uma fase de expansão das empresas de planejamento econômico. O Joelmir trabalha-

va em uma empresa que era do Sebastião Advíncula, que era ao mesmo tempo o editor de economia da Folha. Era um economista respeitado, professor universitário. Tinha essa agência. O que ele fazia nessa agência? Ele pegava os textos dos técnicos e transformava em textos legíveis. Foi aí que ele desenvolveu todo aquele negócio das metáforas, a habilidade de lidar com as metáforas, foi nesse trabalho. E o diretor de publicidade da Folha pediu ao Sebastião Advíncula a indicação de um cara para fazer essa coluna nos classificados, e ele indicou o Joelmir. O Joelmir fez nos classificados da Folha a melhor coluna automobilística da imprensa. Era um sucesso muito grande a coluna dele nos classificados, e ele foi convidado para fazer a coluna na página de economia, uma coluna diária. Ele



fazia um bico. Como bico, ele fazia o jornal da Ultragaz. Nós éramos muito amigos, almoçávamos todo dia em um restaurante meio fajuto atrás da Folha, e ele me chamou e disse: “Olha, eu tenho esse bico, mas não posso mais fazer. Não quer assumir?”. Eu aceitei e acertei com a Ultragaz. Eu estava já fazendo, ia começar, quando fui demitido. Eu não fui para o Jornal da Tarde, fechou o mercado e eu me senti muito humilhado, vivi uma experiência de muita humilhação ficando desempregado. Eu jurei a mim mesmo que nunca mais viveria essa situação. Então só tinha um jeito: não ser empregado. Como havia a Ultragaz, eu fiz uma pesquisa de mercado e vi que havia um grande mercado para fazer um bom trabalho. Havia muito jornal de empresa malfeito, feito por amadores. As empresas gastavam dinheiro à toa. A Ultragaz aceitou que aquele contrato individual comigo se transformasse em um contrato com uma empresa. E eu criei a Proal - Programação e Assessoria Editorial. Convidei Torquato para sócio e convidei um publicitário para cuidar da parte de vendas, administrativa e tal.

Quem era o publicitário?

Era o Luiz Carrion. Eu nem sei se ele ainda é vivo. Luiz Carrion, que foi comunista, foi presidente da Casa do Sargento, como atividade militante, e deixou de ser comunista quando foi à Rússia fazer um curso de lavagem cerebral. Voltou e o grupo quase todo rompeu com o Partido Comunista. Também tinha nesse grupo um jornalista famoso do Correio da Manhã. O Luiz Carrion era o terceiro sócio. Ele era quem cuidava da publicidade dos suplementos especiais da Folha. E foi também uma menina para a parte de pesquisa, de arquivo, que era namorada do Torquato, Regina Tassitano. Agora é grega. Está viva, na Grécia. Mas tem um perfil grego muito interessante. Nós criamos a empresa para fazer jornais de empresa, e foi um sucesso extraordinário – foi lá que o Torquato fez a tese de doutorado dele –, porque nós criamos metodologias, criamos padrões jornalísticos, criamos o conceito de que o jornal de empresa deve ter a mesma qualidade de texto que qualquer jornal, criamos procedimentos éticos, ontológicos, de respeito aos trabalhadores. Sempre que era possível, pautávamos o jornal a partir das realidades locais. Era o tal do “ver, julgar e agir”. A pergunta não era “o que vamos publicar?”, a pergunta era “o que está acontecendo, por que está acontecendo?”. Veja alguns clientes que nós tínhamos, nós chegamos a ter perto de 40 clientes: General Motors, Philips, Mercedes, Sabesp, Cetesb, Eternit, Philco, Firestone, Pirelli...

Grandes empresas.

Gente grande – e, alguns, concorrentes. Quer dizer, eles confiavam tanto não só na qualidade, mas na seriedade, na honestidade nossa, do fornecedor. Nós tínhamos, por exemplo, a Philips e a Philco, eram dois clientes nossos. Tínhamos a Firestone e a Pirelli.



Que tamanho a redação tomou nessa época?

Era muito enxuta. Nós tínhamos seis, sete repórteres, por aí. Eu fazia a pauta de todos os jornais. Montamos um esquema de administração para coordenar isso. Foi o tal esquema que o Carlos Eduardo Lins da Silva levou para o Projeto Folha. Ele trabalhou conosco, Carlos Eduardo foi um de nossos repórteres. Aí eu e o Torquato saímos da firma. Cada um levou um pedaço dos clientes. Eu passei a ter uma empresa só minha, o Torquato montou a dele. O Torquato já era professor, tinha já optado pela carreira acadêmica. A Proal morreu logo em seguida. Perdeu qualidade e morreu.

Ainda na Proal, vocês editaram cadernos que foram referência na área, não?

A Proal era uma empresa diferente. Criamos teoria. Nós fazíamos, por exemplo, coisas trabalhando a qualidade. É engraçado isso, como a gente tinha uma percepção séria do nosso trabalho. A gente funcionava como escola. Os procedimentos meus não eram de chefe, eram de professor, de puxar o cara: “Vamos discutir esse texto”. A reunião de pauta era uma aula sempre. A gente fazia coisas assim, por exemplo: “Vamos criticar o jornal da Philips”. Fazia a crítica do jornal da Philips. Chamávamos o cliente, vinha a equipe da Philips. Quando era possível, trazíamos trabalhadores também. Entregávamos um pequeno número de edições a um jornalista que não conhecia as circunstâncias, para ele criticar a publicação sob o ponto de vista jornalístico, acima das circunstâncias. Não interessavam as circunstâncias. O cara vinha para uma reunião e fazia a crítica técnica do jornal: “Isso aqui está errado, isso aqui está certo”. E nós discutíamos tudo, os jornalistas e o cliente. Era um processo de educação do cliente. Nós éramos assim, nós educávamos o cliente mesmo. Tínhamos essa preocupação. Eu posso contar vários episódios. Um deles: quando fomos contratados por uma empresa americana de tecnologia, eles nos chamaram porque tinham grandes problemas de segurança no trabalho: “Queremos fazer um jornal para melhorar as coisas de trabalho”. Eu disse para ele o seguinte: “Besteira, vocês vão gastar dinheiro à toa. Jornal não vai melhorar nada. Vocês têm que fazer é um bom plano de prevenção. Aí o jornal pode ajudar. Mas não é o jornal que muda”. Então, era assim. Depois essa empresa, ao fim do ano, estava ganhando prêmios de segurança, fizeram um belo plano de prevenção de acidentes. Investiram muito na Cipa, na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, e a reunião da Cipa era uma reunião séria, de estudos técnicos a partir da experiência de qualquer acidente, de corrigir procedimentos etc. Eu propus para a gerente de recursos humanos: “Aquilo que se discute na Cipa devia ser divulgado no jornal, porque, se aquilo ajuda a resolver o problema tecnicamente, aquilo também pode ser uma fonte de educação, de conhecimento para os funcionários”. “Não, mas aí a gente vai falar que tem acidente.” “Qual é o problema? O pessoal aí não sabe que tem acidente?”. Dava trabalho convencer. Convenci os caras de que deviam divulgar o que se discutia na Cipa. Resultado: ao fim do ano, eles estavam ganhando prêmios. Então, a gente trabalhava numa perspectiva quase acadêmica, de entrar nos porquês. Tem outros episódios assim.



Por exemplo: a empresa gasta um dinheirão danado em cursos, em treinamento. Às vezes, os cursos são ruins, mas a notícia diz que sempre foram bons. Você entrevista o cara que deu o curso e ele faz uma crítica. Por que cortar? Deixa a crítica. Porque quem é que tem interesse em gastar dinheiro em um curso que não é bom? A gente fazia a mudança dos comportamentos da clientela. Foi uma experiência ótima.

O Caderno Proal sistematizava esse saber?

Nós nunca fizemos segredo dos nossos procedimentos, nós queríamos a competição. Nós sabíamos que os outros não seriam capazes de fazer igual a nós. A gente criou os Cadernos Proal para criar conceitos, criar teoria de jornalismo empresarial. Os Cadernos Proal tiveram duas fases: uma fase que foi só jornalismo empresarial e, depois, outra fase, que foi uma espécie de Caderno JB. Fizemos três ou quatro edições. O Carlos Eduardo é que cuidava disso. O Carlos Eduardo já tinha deixado de ser repórter, e passou a ser responsável pelos Cadernos Proal. Fizemos ótimos cadernos. Fizemos, por exemplo, um com entrevistas dos herdeiros do Estadão e da Folha: uma superentrevista com o Otavinho quando ele era ainda garoto e uma superentrevista com o descendente dos Mesquitas. Foi essa entrevista que levou o Carlos Eduardo para a Folha, essa entrevista do Otavinho. Fizemos um sobre televisão para criança muito bom, uma edição só sobre esse tema. Enfim, era uma empresa meio diferente, e isso não dava lucro, dava despesa, mas dava imagem. Eu acho que a empresa teve um papel importante e foi uma escola: vários jornalistas bons passaram por lá, saíram de lá. Como o Torquato já era professor, a gente recrutava pessoal jovem, e aí se incorporava essa ideia do aprendizado, do ensino, de a empresa ser uma escola.

Foi isso que o aproximou da vida acadêmica?

Não. De vez em quando, eu era convidado para ir lá participar de discussões, mas o que me levou para a vida acadêmica foi a grande angústia com a pobreza da cultura jornalística. É uma cultura muito arrogante, pobre, de receitas: estabelece o que deve ser feito, porque tem as receitas do que deu certo ao longo dos séculos, práticas que deram certo. Tem coisas assim: você começa pelo que é mais importante. Aí se perguntar: “Por quê? Por que tem começar pelo que é mais importante? Por que o mais importante não pode estar no final?”. A questão não é começar pelo mais importante, é decidir que deve haver uma coisa mais importante. Como é que





se decide o que é mais importante? A cultura jornalística não oferece respostas. Por que tem que ter verbo, por que tem que ter verbo, por quê? Por que não é possível fazer um título sem verbo? A questão não é o verbo, é outra coisa. Se você colocar uma foto de uma criança esquelética e, ao lado, a palavra “fome” em corpo 230, verbo para quê? O problema não é o verbo, o problema é saber o que você está fazendo. Mas a cultura jornalística não oferece respostas. Então eu fui estudar. Todo jornalista se convence: “Nós somos os nobres, só brigamos por coisas boas, travamos as boas batalhas”. Aí você vai ver a prática, é uma prática de corrupção, uma tradição de corrupção, de negociatas, de fazer cobertura aqui para ganhar um presente ali. Por quê? Eu fui estudar mesmo, para tentar chegar aos porquês, e só consegui isso na pós-graduação. Na graduação, fiz um curso horrível, um curso ruim, na ECA, mas o ambiente era muito bom. O curso era ruim, mas o ambiente era muito bom.

Quando o senhor fez o curso?

De 1979 a 1982. Então, veja, eu sou um cara meio maluco. Eu me escandalizei no primeiro ano quando chegou lá um cara, um teórico de comunicação, e apresentou aqueles modelos funcionalistas: quem diz o quê, a quem e com que efeito. Por que esse cara só serve para ver os efeitos? Aí eu criei um jornal de bairro, para provar que o receptor pode ser emissor. Juntei-me com mais dois colegas – que cuidavam da publicidade – e fizemos um jornal de bairro que chegou a ser escolhido como o melhor jornal de São Paulo, em um programa de televisão. Qual era o segredo? Chegar a uma pauta feita o máximo possível a partir dos leitores. Criamos coisas sensacionais. Havia dois cupons: um cupom para o cara mandar a notícia, com a garantia de que qualquer notícia seria publicada, do aniversário do cachorro à morte do filho, sei lá; e o outro cupom para que o sujeito mandasse a reclamação dele, a denúncia, a pergunta. Ele queria fazer uma pergunta ao prefeito: manda a pergunta que a gente leva. Então a reunião de pauta eram os cupons. O sujeito que mandava o cupom seria sempre o protagonista da matéria. Ele jamais foi tratado como objeto, ele sempre foi tratado como protagonista. Se a gente decidia: “Como tem cinco notícias, isso pode ser transformado em uma reportagem”. Ou então: “Isto aqui é bom para tratar como editorial”. Ou: “Isto aqui nós criamos uma espécie de coluna social onde encaixar”. A parte infantil era feita por crianças. O editorial, a gente chamava o cara: “Tem um editorial para você escrever. A gente ajuda, mas as ideias são suas, e vai ser assinado”.

Como se chamou esse jornal?

O Recado. Durou dois anos. Os caras da publicidade não vendiam quase nada, porque trabalhavam só no fim de semana e, além disso, a Vila Mariana é um bairro horrível – ainda hoje não tem jornal. É um comércio tradicional. Então, eu fazia coisas. Imagina, fui fazer um jornal de bairro por causa do negócio lá do professor.



O senhor prestou vestibular, foi fazer jornalismo na ECA depois de já ter ganhado Prêmios Esso?

Depois dos Prêmios Esso e sem fazer o curso secundário. Nunca fiz o curso secundário. A JOC foi a grande escola. Tive que fazer o exame supletivo para ter o diploma de segundo grau. Fiz o vestibular e o exame supletivo.

Como foi a sua trajetória dentro da ECA-USP?

O curso de graduação me deixou muito insatisfeito, foi um curso ruim, que não ofereceu respostas às minhas indagações. Aí entrei na pós-graduação e me tornei professor, porque fiz um concurso e passei, como auxiliar de ensino. Comecei a dar aula. E só encontrei a resposta no doutorado. O mestrado foi sobre assessoria de imprensa, dentro daquela ideia de que a fonte faz parte do jornalismo e, portanto, se a assessoria de imprensa usa o jornalismo, ela deve ser vinculada ao jornalismo. Então, fiz uma proposta muito radical. Por isso não publiquei o mestrado, mas vou publicar agora com outra embalagem. Estou trabalhando em um livro chamado *A Revolução das Fontes*. Eu fiz uma pesquisa muito boa, com um projeto chamado Pré-Pauta, na USP. A proposta final do mestrado foi de que nós devemos fazer uma ruptura radical na assessoria de imprensa com as origens de relações públicas da assessoria de imprensa, para que a notícia seja bem tratada no berço. Tanto que a dissertação se chamava isso: “A Notícia (bem)” – mas o “bem” entre parênteses, para ter um duplo significado – “Tratada na Fonte”. Então, a notícia tem que ser tratada desde a origem por jornalistas. Era a proposta. Aí, no doutorado, eu fiz uma pesquisa muito boa, mas não tinha o negócio teórico, não. Veio um português aqui dar um seminário, o Adriano Rodrigues. Ele é mais pragmática do que semiótica. Então veio dar um seminário de pragmática. Quando eu vi aquele seminário, disse: “É isto”. A pragmática explica a totalidade e as particularidades do jornalismo, porque a pragmática é o estudo do uso performativo da linguagem, isto é, é o estudo do uso da linguagem enquanto forma de agir e interagir, que é isso que acontece no jornalismo. Não é só o jornalista que age. Todos aqueles caras que usam o jornalismo para dizer o que fazem, o que querem etc. estão agindo, estão usando a linguagem para agir, para produzir alterações. Se não for assim, como é que se discute ética, por que é que se discute ética? Isso justifica o estudo da ética. Transformar o quê, para quê, por quê? A partir daí, você passa a produzir uma explicação e um entendimento do jornalismo totalmente diferentes. Eu tinha terminado a pesquisa e estava muito angustiado: “O que é que eu vou fazer com isso?”. Era uma pesquisa boa, original, que gerou o livro *Pragmática do Jornalismo*. Era uma desconstrução do fazer jornalístico. A gente ia para uma redação, assistia a uma reunião de pauta e, de forma aleatória – mais ou menos aleatória –, escolhia uma reportagem e acompanhava o repórter, observando tudo o que acontecia: qual era o trabalho do repórter, as perguntas que ele fazia, as circunstâncias etc.



Depois, comparávamos com a matéria publicada, fazíamos a leitura crítica da matéria publicada. Eu chamava isso de rastreamento, o rastreamento do jornalismo, da produção jornalística. A outra forma de rastreamento era a partir da publicação. Então, nós líamos o jornal, escolhíamos uma matéria e íamos reconstituir o percurso: íamos falar com o pauteiro, com o repórter, com as fontes, para ver qual tinha sido o percurso daquela matéria. A fonte que foi entrevistada, como é que ela se sentia na matéria? Descobrimos coisas do arco da velha. Era uma pesquisa muito boa: ao mesmo tempo, simples e complexa. Descobrimos coisas assim: o Augusto Nunes era diretor de redação da Folha e faltou água na casa dele. Ele então mandou um repórter para a rua para descobrir outras casas em que faltava água. Não ouviu a Sabesp, não ouviu explicação nenhuma. O repórter foi pressionado para fazer uma matéria desancando a Sabesp porque tinha faltado água na casa do Augusto Nunes. Mas eu não tinha base teórica para explicar. Com a pragmática, eu resolvi estudar. Comecei a estudar e quase perdi o prazo, entreguei no último minuto a tese, porque reescrevi a tese. A partir daí, eu passei a desenvolver minhas teorias. Eu desenvolvi uma teoria de gêneros em cima do conceito da pragmática. Por que você faz uma reportagem e não uma entrevista? Por que faz um editorial e não um artigo ou qualquer outra coisa? Então, o que é o gênero? O gênero é a escolha da forma mais eficaz de você realizar sua ação. No fim, é isso. Não tem nada a ver com conteúdo, é forma. Com isto, tem outra teoria que eu desenvolvi: o jornalismo, ao contrário do que se diz por aí, não se divide em opinião e informação. Eu digo, com todas as letras, que isso é uma fraude te-





órica. O jornalismo se constrói com informação e opinião, mas todo o controle do processo é opinativo, um controle consciente. Você faz escolhas: isto é o mais importante; eu tenho dez respostas, mas só vou escolher uma. O que é isto? O jornalismo se divide em esquemas: esquemas de narrar e esquemas de argumentar, ambos com opinião e informação. Veja como, com a pragmática, você encontra uma âncora teórica. Claro que não é só a pragmática, a pragmática não dá conta de tudo. Porque a linguística tem uma grande limitação: ela produz todas as teorias a partir de esquemas simples, de conversas, de frases, e as frases ditas na vida real têm uma complexidade, estão associadas a uma complexidade de relações que a linguística não capta. Aí você tem que estudar outras coisas. Não é só linguística, não. Na linguística, você, por exemplo, não pode ser deseducado quando fala com outra pessoa,

“Eu desenvolvi uma teoria de gêneros em cima do conceito da pragmática. Por que você faz uma reportagem e não uma entrevista? Por que faz um editorial e não um artigo ou qualquer outra coisa? Então, o que é o gênero? O gênero é a escolha da forma mais eficaz de você realizar sua ação”

para que sua ação dê certo. Tem que ser educado. Como é que faz no jornalismo, que é um cenário de conflitos? Como é que o sindicalista fala ao patrão? De forma educada, para a ação dar certo? Então, ela não dá conta da totalidade. Mesmo a semiótica – a semiótica, às vezes, é uma doidice. Uma vez, eu assisti a uma palestra, a professora tinha feito uma pesquisa – a professora é minha amiga – sobre semiótica e, com lupa, ela descobriu que uma capa da Veja tinha um desenho, um negócio lá, escondido.

Quando o senhor defendeu a tese de doutorado já era professor da ECA?

Quando fiz doutorado, sim. Eu entrei como auxiliar de ensino. Logo que eu entrei no mestrado, surgiu um concurso. Primeiro, eu fui convidado para substituir uma professora que estava grávida. Aí fiz alguma experiência laboratorial bem interessante. Não havia dinheiro, nunca deixei de fazer nada por falta de dinheiro. Fiz um mural no corredor. Porque o cara tem que escrever, tem que se expor à crítica, tem que ouvir os efeitos do que ele fez. Aprende a fazer notícia como? Simulando? Entrei, depois me tornei efetivo. Fiz outro concurso para me tornar efetivo. Fiz a minha carreirinha aí, até a livre-docência.

Em que ano o senhor começou a atuar como professor?

Em 1984, como auxiliar de ensino. Eu tinha exatamente 50 anos.

O senhor falou que não gostou do curso de graduação. Como foi a sua experiência depois, como professor?

Eu tentei não fazer nada do que eu tinha feito como aluno. Passei quatro anos sem conseguir



fazer um jornal, nada. Você tinha aquela separação da teoria e da prática. Então, os professores da prática ensinavam a fazer notícia, mas tudo simulado, não havia laboratório. Havia só a agência de notícias, que era o único laboratório, e era bom. Mas havia muita simulação, e os professores ensinavam receitas, sem explicar por quê. A coisa só começou a mudar com a pós-graduação, quando começou a haver o transbordamento do conhecimento da pós-graduação para a graduação. Aí começou a mudar. O curso era muito segmentado, cheio de rótulos. O rótulo era um espaço de poder, mais do que uma disciplina. Então: o jornalismo político, o radiofônico... Havia um professor vinculado àquela disciplina. Aquilo era o poder dele. Era assim: jornalismo político, jornalismo econômico, jornalismo empresarial, jornalismo não sei o quê. Só não ensinavam jornalismo mesmo. Você ir para a universidade depois de ter feito um percurso de experiência profissional, o proveito que você tira, até para contestar os professores, promover discussão, é muito maior.

Como se deu sua aproximação com a Intercom?

Via Torquato e Marques. O Marques veio antes para São Paulo, para trabalhar em uma empresa de pesquisa de mercado. A aproximação mais forte era do Torquato com o Marques, porque foi uma aproximação na atividade acadêmica e, por tabela, eu fazia parte do grupo. Entrei na Intercom porque achei que era uma entidade interessante, uma entidade de aprendizado, uma entidade também em que a gente podia, de alguma forma, contribuir para o mundo das ideias. E acabei sendo, sei lá, convidado para presidente, para assumir a presidência.

Mas o senhor conheceu a Intercom nos primeiros momentos?

Não. Quando comecei a ser professor, em 1984, 1985. Eu fui presidente em 1990, 1989, alguma coisa assim.

Em 1989.

Depois, comecei a participar dos congressos. Mas já no ambiente acadêmico, como professor, eu promovia coisas em que chamava gente da Intercom. A Intercom passou a influenciar o meu comportamento de professor.

De que forma?

Na medida em que a Intercom é um ambiente de reflexão. Isso ajudava a lidar com a busca de explicações, a busca de teoria, a busca de respostas. Essa busca de respostas foi sempre uma grande força que me impulsionou.



O senhor chegou a acompanhar a descentralização, a criação dos congressos regionais?

Eu cheguei a acompanhar. Como presidente, já existia essa regionalização. Acho que tinha outro nome, não me lembro mais. Eu lido muito mal com a memória. Eu sou um cara muito voltado para a frente, não olho para trás. É uma confusão o passado. A cronologia das coisas é meio complicada. Mas eu fiz congressos regionais, acho que dois. Eram menos. Eu me lembro de ter ido a Minas, a um dos congressos regionais, no meu tempo de presidente. Mas estava surgindo isso da regionalização, foi bem no começo do processo.

Como o senhor chegou a presidente?

Sei lá. Eu não devia ter aceitado, não é o meu perfil. Eu acho que fui um bom presidente para as circunstâncias, fiz coisas importantes – poucas, mas fiz. E fiz uma travessia de crise. Para vocês terem uma ideia, eu paguei do meu bolso, durante algum tempo, os salários da secretária, porque não havia dinheiro. No meio do percurso, perdi o secretário e o tesoureiro. Então fiquei muito sozinho. Foi meio traumática a minha presidência – para mim. Eu não sei por que fui escolhido, não sei por que me procuraram. Mas me escolheram. Eu gostei do desafio, era uma experiência nova. Hoje, eu penso



que não devia ter aceitado. Mas, ao mesmo tempo, se você olhar a história, eu acho que fiz duas ou três coisas importantes. Uma foi sustentar a instituição viva em uma época de muita crise, de greves nas federais, crises terríveis. As federais viviam paradas. Os sócios eram poucos, e boa parte deles não pagava, porque havia crise financeira mesmo. Perdi o tesoureiro porque ele mudou de emprego, sei lá, e o secretário, que era um cara muito bom, também mudou de emprego, e o novo emprego não lhe dava condições. Fiquei muito desamparado, digamos assim, mas encarei a situação. Outra coisa boa que eu acho que fiz foi fazer uma reforma na revista. A pessoa que cuidou dela foi o Bolaño. O Bolaño foi meu aliado nisso.

César Bolaño?

César Bolaño. Outra coisa boa, talvez a mais importante que eu fiz, foi criar, como núcleos de ação científica, de pensamento científico, os grupos de trabalho. A gente fez duas experiências. Fizemos primeiro uma experiência em um congresso no Rio de Janeiro, que funcionou bem, foi uma experiência interessante. E depois, em um congresso no Rio Grande do Sul, nós radicalizamos, e o congresso, sob o ponto de vista da produção de conteúdo, foi espetacular. Era pequeno, tinha 300 pessoas, mas a alma do congresso do Rio Grande do Sul, pela primeira vez, foram os grupos de pesquisa. Isso foi Maria Immacolata – Immacolata era minha diretora científica. Fez um trabalho muito bom.

Quem fazia parte de sua diretoria?

Eu talvez não me lembre dos nomes. Tinha a Immacolata, o César Bolaño não era da diretoria. Ele me ajudou porque assumiu fazer as edições da revista, uma ou duas edições da revista, em que a gente deu à revista um formato, um padrão que já atendia as exigências dos órgãos financiadores como publicação científica. O secretário era o José Benedito Pinho. Ele arranhou emprego no Ceasa que o absorvia muito. Da parte das publicações, da documentação, era uma professora da ECA, uma japonesa, muito boa, Regina Keiko. Era do departamento de biblioteconomia. E ela fez um bom trabalho, várias coisas que estão aí foram iniciadas por ela, de forma talvez precária, mas foram iniciadas. Foi uma grande colaboradora.

Essa grande crise financeira, desafio da sua gestão, tinha relação com o Plano Collor?

Foi na época do Plano Collor. Mas havia uma crise muito grande nas federais. Eu não sei detalhar as coisas. Eu lembro que fiz uma experiência na Universidade Federal de Juiz de Fora, fiz o plano de comunicação da Universidade de Juiz de Fora, o plano de comunicação interna. Fui convidado. Está saindo agora um livro, ou já saiu, contando essa história na Universidade de Juiz de Fora, na área de Comunicação. Conta esse episódio. Uma das coisas que eu fiz nesse plano, que funcionou maravi-



lhosamente – depois, eu reproduzi isso em outra experiência –, foi uma rede humana, que eu treinei, de representantes em unidades. Essa rede tinha uma dupla função: alimentar com informações, com conteúdos, os grandes veículos do sistema de comunicação; e trabalhar na difusão. Quer dizer, você usava a rede humana para espalhar notícias de imediato. Você tinha uma informação que precisava irradiar na hora para a universidade, você usava a rede humana, e aquilo se multiplicava. E isso funcionou maravilhosamente. Nós criamos um mural para as unidades, e sempre deixávamos um espaço em branco para que o representante local ocupasse com as notícias só daquela unidade. O sucesso desse plano foi tão grande – foi na época em que estava crescendo o sindicalismo nas universidades – que o pessoal se apropriou do plano para fazer as greves, se apropriou da rede humana.

Fisicamente, onde ficava a Intercom quando o senhor foi presidente?

Na ECA, em uma salinha em frente à secretaria. Durante muitos anos, ela ficou lá, por causa da relação do Marques com a ECA. Era uma salinha.

Quanto tempo a Intercom demandava do seu dia?

Não sei. Porque eu trabalhava, tinha que viver. Era professor, não sei se já era de tempo integral, não sei em que ano me tornei professor de tempo integral. Eu devia ser mestre, acho que ainda era professor de tempo parcial. Então, se era tempo parcial, eu tinha uma empresa que me sustentava. Dava vários cursos: curso de redação, curso de diagramação, curso de comunicação. Dava para empresas, instituições. Viajava até bastante, teve uma fase em que eu viajava bastante dando cursos. Ganhava bem com esses cursos, era uma remuneração boa. E a Intercom fazia parte, mesmo que você estivesse fazendo outras coisas. Não tem como ser diferente, você dá um jeito.

O senhor falou da revista, que passou por mudanças: mudanças de diagramação, de formato, normas de publicação. O senhor podia detalhar um pouco mais?

Eu não me lembro, mas havia normas de publicações científicas que eu já





não sei quais são. Hoje, são outros rigores, outras exigências. Mudou muito. Acho que a revista, hoje, tem um padrão ótimo enquanto publicação científica. Isso é um conceito reconhecido, oficialmente reconhecido. Naquele tempo, não havia esses rigores, mas havia um padrão que era recomendado acho que pelo CNPq, ou pela Capes – eu já não me lembro –, ou pelos dois. O que nós fizemos foi implantar essas exigências de padrão exigido na época. Eu não sei em que edição a gente fez as mudanças. Também não lembro em detalhes quais foram as mudanças. Eu sei que fizemos, e a revista saiu sempre, não houve nenhum problema de continuidade da publicação. Conseguimos manter a publicação. Na realidade, aquilo que eu falei como um trabalho importan-

“Acho que a revista, hoje, tem um padrão ótimo enquanto publicação científica. Isso é um conceito reconhecido, oficialmente reconhecido”

te foi preservar a instituição, manter a instituição viva. E a edição da revista fazia parte disso. Você manter a publicação viva era, de alguma forma, manter a instituição viva. Isso foi uma prioridade minha, aproveitando para dar à revista uma fisio-nomia de publicação científica, que ela não tinha.

Outro ponto foi a criação dos GTs.

Não sei se a criação, mas a configuração que, de alguma forma, eles têm hoje ainda: grupos com temáticas e com uma natureza de núcleo científico, de estudos, de produção e discussão de conteúdos científicos.

Qual é a importância, na sua avaliação, desse formato?

O congresso passou a valer como acontecimento científico, e eu acho que ele não tinha isso. O congresso era meio festivo. Hoje, a alma do congresso, o núcleo vital do congresso, são os grupos de estudo – não sei se se chamam GTs –, grupos de trabalho, grupos de estudo. Eu não sei como é o nome agora. De alguma forma, essa transformação de fazer dos GTs o núcleo do congresso, o núcleo vital do congresso, começou comigo. Isso foi uma escolha. Quer dizer, nós somos uma entidade científica, o congresso é a expressão mais dinâmica da instituição, portanto o congresso deve ser um congresso científico, deve ter manifestações de instância científica.

O que se manteve desde então.

Manteve. Ao contrário, foi aperfeiçoado. Porque a Immacolata começou isso como minha diretora científica. Ela, depois, como presidente, deu um desenvolvimento ainda maior. Quando chegou a vez dela como presidente, ela valorizou muito esses núcleos, essa característica do congresso.



Como foi o congresso organizado no Rio de Janeiro?

O congresso no Rio foi muito difícil. Eu só organizei dois. Foi muito difícil não porque tenha faltado ajuda financeira dos órgãos de financiamento. Nós tivemos ajuda normal. Mas foi um congresso muito difícil sob o ponto de vista logístico. No início, a universidade nos prometeu todo o apoio. Depois, por questões de política interna, de brigas...

Em qual universidade?

Uerj. Aí a universidade retirou o apoio, nós não tivemos apoio nenhum da universidade, a não ser do pessoal do curso de Comunicação. Então foi uma batalha do ponto de vista logístico. Mas isso não se refletiu na qualidade do congresso, porque o pessoal da Comunicação trabalhou muito, trabalhou bem. Eu tenho um grande defeito e uma grande virtude. Eu tenho fama de ser um cara organizado. E é mentira, eu sou desorganizado. Mas eu planejo muito bem, sou um craque em planejamento, e o congresso foi muito bem planejado – os dois foram muito bem planejados. No meu planejamento, eu consigo antecipar tudo que vai acontecer, o que deve acontecer etc. Está tudo preparado, tudo vai acontecer, e acontece. O congresso foi muito bem planejado, o do Rio de Janeiro. Nós tivemos muitos problemas, mas tudo que foi previsto aconteceu. A Proal era um modelo de organização. Nós tínhamos lá um mapa de coordenação que era uma coisa genial. Mas eu tinha um cara do meu lado que era chato de tão organizado. Chato. Frequentemente, eu engolia seco quando ele vinha com as perguntas dele. Então, eu preciso sempre de alguém. No caso do congresso, é a equipe local. A equipe local tem que ser afiada.

Como vê o papel da Intercom na formação de jovens pesquisadores?

No congresso do Rio de Janeiro, nós abrimos o espaço dos grupos de trabalho para os estudantes. E no congresso da Intercom no Rio de Janeiro houve mistura dos estudantes, na avaliação que nós fizemos. Tínhamos aquela ideia de transformar os grupos de trabalho, os grupos científicos, na alma do congresso. Nós chegamos à conclusão de que a presença dos estudantes nos grupos de trabalho atrapalhava a discussão. Porque eles acabavam sendo em número maior que os pesquisadores nos núcleos etc. É que, naquele tempo, o contato entre eles era uma coisa difícil, o que não acontece hoje. Você hoje, pela internet, não tem o negócio da distância. Então, o congresso da Intercom representava para eles uma oportunidade valiosíssima de se

“Eu tenho um grande defeito e uma grande virtude. Eu tenho fama de ser um cara organizado. E é mentira, eu sou desorganizado. Mas eu planejo muito bem, sou um craque em planejamento, e o congresso foi muito bem planejado”



encontrarem. Eles tinham um objeto de interesse comum. Eram grupos temáticos, portanto os pesquisadores estudavam os mesmos assuntos, e o núcleo de pesquisa poderia ser um espaço privilegiado de quem estudava aquele assunto. No congresso do Rio de Janeiro, a presença dos estudantes, que foi estimulada, como experiência, nos grupos de pesquisa, atrapalhou um pouco esse clima, porque os estudantes eram curiosos e, pela quantidade, acabavam atrapalhando o, digamos assim, clima científico da conversa, da discussão. Talvez houvesse aí uma carga de preconceito, alguma coisa, talvez. Mas a verdade é que isso serviu de laboratório. Porque o congresso do Rio foi, sob esse ponto de vista, um grande laboratório. Foi a primeira experiência, e foi um grande laboratório. Então, quando nós fomos para o de Porto Alegre, nós criamos outro modelo. Criamos as atividades dos estudantes ao mesmo tempo em que havia os grupos de pesquisa, para que eles não fossem para os grupos de pesquisa. Criamos um programa paralelo para os estudantes em Porto Alegre. E os estudantes, de forma muito criativa, aproveitaram essa programação para criar um programa próprio, e chamavam Intercom do B. Porto Alegre teve o Intercom do B, que eu acho que poderia ter sido uma experiência para seguir adiante, o Intercom do B. Então, veja, tudo isso foi um trabalho laboratorial. Nós experimentamos no Rio de Janeiro a participação dos estudantes nos núcleos, e isso foi muito criticado. Inclusive, na assembleia de encerramento, eu tive uma discussão com o Marques, uma discussão pública, porque ele desceu a lenha no negócio dos estudantes nos núcleos de pesquisa. Hoje, a coisa é outra. Mas desceu a lenha, e eu encarei – a discussão até chegou a ficar meio desagregante. Depois, continuou no ônibus. Mas isto foi um laboratório, porque a gente fez a experiência conscientemente. E isto acabou influenciando um perfil novo no congresso de Porto Alegre, que foi muito bom sob o ponto de vista científico. Os grupos de pesquisa funcionaram maravilhosamente sem os estudantes. Foi um negócio espetacular. A gente fez a programação dos estudantes, mas eles fizeram a programação deles. Aceitaram a nossa, mas acrescentaram coisas, levaram convidados etc. Fizeram o Intercom do B, que foi uma coisa genial. O congresso acabou sendo também enriquecido por essa criatividade dos alunos, essa rebeldia criativa dos estudantes.

Então, nessa época, não havia ainda o Intercom Júnior?

Não, foi criado depois. Nesse aspecto, a Intercom cresceu muito, se aperfeiçoou muito. Eu acho que nós tivemos muita sorte, no percurso histórico, com a qualidade dos presidentes que a Intercom teve. Tivemos uma série de grandes presidentes, que souberam lidar com a parte financeira. A Intercom só fez crescer – crescer em peso, em tamanho, mas crescer também em qualidade.

Depois da sua passagem como presidente, como o senhor acompanhou o desenvolvimento da entidade?

Bem, eu sempre fui aos congressos, sempre fiz coisas nos congressos – não muitas, mas sempre fiz.



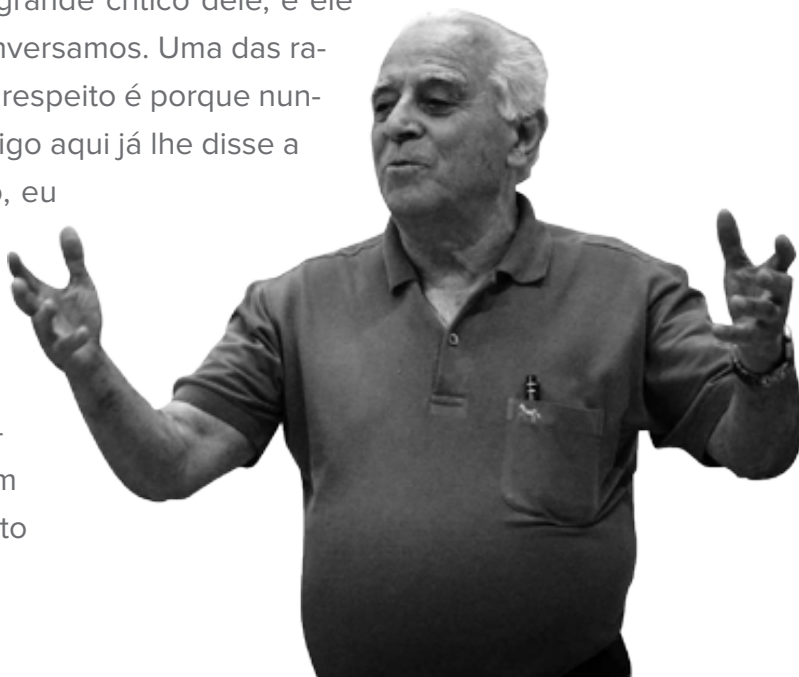
Depois, criou-se o Conselho Curador. Em uma primeira fase, eu não participei do Conselho Curador, me recusei.

Mas o senhor era contra o conselho?

Era contra a maneira como ele foi criado, a forma, o regulamento do conselho. Escrevi uma carta não aceitando. Depois, com o tempo, houve mudanças, se não no regulamento, pelo menos no espírito da coisa, e eu voltei ao conselho.

Mas o que incomodava o senhor?

É muito difícil falar nisso, porque eu posso estar equivocado em algumas coisas e posso ser injusto. Mas eu acho que o conselho foi criado como um instrumento de poder e, na minha opinião, o papel do Conselho Curador deve ser como uma espécie de conselho de sábios – essa é a minha opinião. E eu digo isso aqui como digo nas reuniões. Não tenho papas na língua. Eu faço meus trabalhos quietinho. Mas, quando é preciso, eu sou firme. Mas eu acho que essas coisas acabam tendo que ser contadas, e o risco disso é que você pode ter uma visão parcial. As coisas sempre fazem parte de um contexto, têm complexidades. A Intercom é, sem dúvida nenhuma, uma grande obra criativa do José Marques. Ela cresceu, se tornou forte, ela é uma instituição poderosa hoje, eu acho, consistente, e que, além de ter um percurso muito sólido, ela tem à frente perspectivas e responsabilidades que podem ser ainda mais importantes. Você não pode ignorar isso. Então, pode haver uma justificativa de que é preciso preservar a instituição, é preciso proteger a instituição, e ninguém pode ser contra isso. As formas de fazer isso podem expressar – mais ou menos – as idiosincrasias de cada um. Mas é muito complicado isso. Eu sou muito amigo do Marques, sou um grande admirador dele, sou um grande apoiador dele. Mas também sou um grande crítico dele, e ele sabe disso, até porque nós, como amigos, conversamos. Uma das razões pelas quais ele me respeita muito e eu o respeito é porque nunca houve meios-termos entre nós. O que eu digo aqui já lhe disse a ele. Até por amizade, sempre que foi preciso, eu o aconselhei. Afinal, sou um pouco mais velho que ele. Todos nós temos defeitos, e a gente sempre precisa de ter lucidez para que as virtudes de cada um de nós se sobreponham aos defeitos. Então, é muito ruim a gente ceder à tentação de olhar as pessoas só por um lado, não é justo. E a gente sempre se deu muito bem, nunca houve nenhum atrito entre nós.





Discordâncias também são importantes, não?

A Intercom, eu acho, tem hoje maturidade. Eu não vejo nenhum risco para os percursos da Intercom. Os riscos podem estar, eventualmente, nessa ou naquela circunstância, mas a instituição hoje está madura, tem um núcleo pensante pluralista. Eu não estou preocupado com a Intercom. Acho que o congresso no Rio de Janeiro foi um momento espetacular da Intercom. Estou para escrever isso. Já devia ter escrito.

O senhor está falando do congresso de 2015?

Sim. Eu quero escrever um texto político, porque o congresso do Rio de Janeiro teve dois cenários que se integram como uma moldura de diagnóstico. Teve o cenário do Brasil: aquela universidade de edifícios antigos e velhos, e parada, e fechada, e com problemas [Professores e funcionários da UFRJ estavam, na ocasião, em greve.] era o retrato do Brasil, era uma imagem da pátria educadora. Mas o Brasil é também aqueles grupos de jovens, professores e pesquisadores que enchem salas fechadas discutindo questões importantes. Ali estava, simbolicamente, um recorte de uma nação com enormes potenciais, uma nação que é capaz de superar os problemas e de abrir caminhos novos. Acho que foi um belo congresso, pelas dificuldades que teve. O Drummond, quando fez 70 anos, foi entrevistado pela Veja e lhe perguntaram: “O que é bom aos 70 anos?”. E ele disse: “Olha, o melhor de tudo é que a gente pode mandar qualquer um à merda e não acontece nada”. Eu já tenho 81. Veja, eu sou católico. Lá na minha paróquia tem um padre que é dessas correntes da Igreja, neopentecostal, que só fala em pecado. Fala para a plateia como se todos fossem pecadores. Era assim. Aí houve um evangelho, uns meses atrás, do Cristo que curava um leproso. O leproso ia lá e Cristo o curou. É um evangelho muito bonito. Eu, antes de ir para a missa, pensei assim: “Este danado do padre, hoje, vai falar do pecado da lepra, para criar analogias”. Não deu outra. Eu recebi um artigo comentando esse evangelho de um padre português meu amigo. Eu, inclusive, criei um grupo de leitores do padre, porque ele, toda semana, me manda os artigos. É um cara moderno, um cara arejado. Um artigo muito bonito sobre o evangelho. Eu levei a cópia do artigo e escrevi, já pensando nisso: “Não seria muito melhor falar de amor do que falar de pecado?”. E assinei. Na saída da igreja, entreguei ao padre: “Quando você puder, dê uma lida”. Estavam lá o meu recado e o artigo. Na homilia seguinte, ele estava esbravejando, porque “tinha gente que achava que ele não devia falar de pecado”. E eu estava na igreja. Aí, nessa semana, eu pedi uma audiência, uma reunião, e fui lá falar com ele. E dei uma lavada: “Padre, eu quero o seu sucesso, não quero o seu fracasso. Mas o senhor está falando para uma plateia em que há gente santa, pessoas que vivem em função dos outros, que cuidam dos velhinhos, cuidam dos doentes da família. O senhor trata todos como pecadores, o senhor acaba chamando a gente de leproso?”. Foi o que ele fez fazendo analogias do pecado, como se a lepra fosse pecado. “O senhor está falando de uma religião que não teve redenção, não



é a religião católica.” E ele começou a ouvir, ouvir, ouvir. “O senhor, em vez de falar de pecado, por que não fala de virtude? O senhor está desafiado, em cada homilia, a falar de uma virtude. O padre que esteve aqui antes do senhor, houve um dia em que ele desceu a lenha nos dizimistas que não pagavam. Não seria muito melhor ele ter elogiado os que pagavam?” Eu sei que ele mudou, não falou mais de pecado. E, se fala, é de um jeito diferente, não é aquela coisa de ficar apontando o dedo.

O senhor converteu o padre.

Eu digo as coisas que devem ser ditas, não tem problema.

Há algo mais sobre a Intercom que o senhor queira deixar registrado?

Não. Eu penso que a Intercom vai muito bem. Claro que tem problemas, porque não há nenhuma instituição que não tenha problemas. É uma entidade da qual eu gosto de participar, inclusive.

O senhor criou uma revista eletrônica chamada Reescrita?

Eu tive um site chamado Reescrita, que se perdeu em um buraco negro no Comunique-Se. O Reescrita foi criado para ser o laboratório de uma disciplina que eu dava sobre gêneros jornalísticos, mas, mais do que isso, sobre conceitos – conceitos e gêneros jornalísticos. Eu defendo um ponto de vista de que teoria e prática não têm que ser separadas, elas têm que constituir um todo pedagógico. A teoria separada da prática pode resultar em um monte de besteira, a prática sem teoria pode resultar também em um tiroteio de cego. Então, eu montei um esquema para o curso. A gente iniciava o curso, a classe se dividia em duplas, ou no máximo trios, e assumia uma pauta. Essa pauta ia se desenvolver ao longo do semestre e, ao longo do semestre, o curso ia tendo o seu conteúdo teórico, que ia interagir com a caminhada da pauta. A gente começava a discutir, eu me reunia – dava um trabalho danado – com os grupos e tal. Então, por exemplo, se ia fazer uma entrevista, precisava-se estudar o entrevistado, a história do entrevistado. E a gente, à medida que ia dando o curso, ia fazendo a interação entre os conceitos teóricos e a prática de fazer essas matérias. Quando chegasse o fim do semestre, nós devíamos ter um ótimo texto, e haveria uma fase do curso em que o texto ia sendo reescrito, reelaborado em função dos conceitos. Texto que não é publicado não existe, texto só existe depois que é lido. Eu não tinha como publicar aquilo, criei o Reescrita para publicar os trabalhos dos alunos. Fiz um curso para aprender a fazer o site – numa época em que era complicadíssimo fazer site. Não tinha dinheiro. Eu fiz o site. No site eu também colocava as minhas coisas, mas o principal objetivo era hospedar o trabalho desses alunos. Houve trabalhos espetaculares. O Reescrita se tornou famoso, ganhou fama. Às tantas, ele passou a ser hospedado pelo Comunique-Se. Eu era colaborador, colunista, do Comunique-Se. Até que desapareceu do ar. Havia aquela história dos buracos



negros. Não se encontrou mais o site, e eu perdi alguns trabalhos importantes, agora estou tentando recuperá-los com os alunos, vendo se localizo os alunos. Por exemplo, um trabalho formidável: o Geraldo Vandré. É um cara que ficou meio maluco, direitista, militarista, e não dava entrevistas. E houve um grupo de alunos que decidiu entrevistar o Vandré. Encontraram o Vandré em um boteco, falaram com ele, e ele foi com a cara da molecada: “Vamos lá, vamos conversar”. Deu uma entrevista de horas para os estudantes. A entrevista era sensacional porque era a expressão verdadeira do que ele é hoje, do que ele era naquele instante – isso faz alguns anos já. Essa entrevista foi sendo discutida ao longo do curso, e o texto acabou se transformando, no final, em uma crônica genial sobre o Vandré. Uma crônica genial. Mas o Reescrita foi criado para publicar o trabalho dos alunos. Depois, virou meu blog, meu site, sei lá. Quando ele desapareceu, eu criei depois um outro blog, que é O Xis da Questão.

Qual é o objetivo desse blog?

O objetivo do blog é dar aula, é colocar minhas ideias no ar. Basicamente isso: eu penso que tenho ideias sobre jornalismo, ideias sobre a atualidade, modos de olhar o mundo que são meus, e eu acho que eles podem dar uma boa contribuição. Ainda ontem, eu participei de um grupo integrado por jornalistas ilustres. Eu sou questionador por natureza, e penso que é importante que as minhas ideias circulem. Eu acho que posso dar uma contribuição, com isso, para a discussão sobre jornalismo, sobre atualidade, sobre ética, essas coisas. Eu tenho uma coluna de textos acadêmicos – nem todos meus, mas quase todos meus – ou políticos, em pdf. Este ano, já passaram dos 15 mil downloads. São textos pesados. Eu sinto isso quando viajo. Eu estive na segunda-feira em Brasília, mediando um seminário do Banco do Brasil, e aconteceu em Brasília a mesma coisa que acontece nos lugares aonde que vou: a tietagem da estudantada. No começo, isso me incomodava, hoje eu me divirto. E mesmo os acadêmicos. Não conhecem, mas depois que conhecem gostam de ler. São o blog e os livros, mas é principalmente o blog. Então, os vídeos que eu tenho com aulas de jornalismo são muito usados como ponto de partida de aulas. Eu devia voltar a fazer as aulas, já faz tempo que não faço. Vamos ver se consigo retomar. E os downloads são uma coisa impressionante. O congresso da Intercom, há dois anos, me prestou uma homenagem. Fui homenageado, e saiu um livro, por minha proposta só como e-book, porque a Intercom estava com uma despesa danada, os livros não vendem. Sabe quantos downloads já teve? Já passou de mil. Eu controlo, tenho uma ferramenta de contagem. Então vale a pena, mesmo para quem coordenou o livro, foram duas amigas minhas, elas sabem que estão sendo lidas. Eu tenho uma média de 300 acessos por dia.

“Eu penso que tenho ideias sobre jornalismo, ideias sobre a atualidade, modos de olhar o mundo que são meus, e eu acho que eles podem dar uma boa contribuição”



No blog?

No blog, O Xis da Questão. Eu acho que vai aumentar isso, porque o blog vai se associar ao programa desse curso. O curso terá o blog como base, como espaço. Vai ter que fazer o marketing do blog. Eu acho que o blog vai explodir no próximo ano. Em Brasília, às tantas, eu comecei a ser assediado por alunos de jornalismo que leem os meus textos no curso. Os textos que estão no blog são lidos no curso, são discutidos no curso. Então, é o meu espaço, é a minha sala de aula.

Como estamos falando de internet, que impacto o senhor vê da internet no fazer jornalístico atual e que impacto ela pode vir a ter?

Ela já tem um impacto muito grande. A internet é o seguinte: em 1948, no dia 10 de dezembro, as Nações Unidas proclamaram a Declaração Universal de Direitos Humanos. No artigo 19 da Declaração Universal de Direitos Humanos, está escrito: “Todo cidadão, todo ser humano tem direito a ser informado, a obter informações e opiniões etc., portanto tem direito de saber. E tem também o direito de dizer, de espalhar ao mundo as suas informações e as suas opiniões”. Então, o direito à informação, o direito à liberdade de expressão contêm esses dois direitos fundamentais: o direito de saber e o direito de dizer. Esse direito de dizer era uma utopia, não existia. Nós éramos, à época, uma multidão planetária silenciosa. Os falantes eram muito poucos, eram os jornalistas. A internet veio para que esse direito pudesse se materializar. Essa coisa de achar que é uma loucura, que é muita informação... É uma beleza esse mundo. Claro que existem problemas, só que são problemas que não podem ser analisados e discutidos pelos argumentos saudosistas, pelos argumentos de antigamente. Você tem que discutir os problemas de hoje com argumentos novos. O que é mais importante: um mundo onde todos possam falar ou um mundo onde só jornalistas possam falar? Notícia é notícia, era esse o conceito, desde que seja feita por jornalistas e que seja feita em uma redação. Isto acabou, não tem mais. A notícia nunca nasceu na redação, porque sempre foi preciso que alguém fizesse alguma coisa ou dissesse alguma coisa para haver notícia. Mas a verdade é que hoje ela nem precisa passar pela redação. A notícia é o âmago do acontecimento e, portanto, quem controla o acontecimento é o dono da notícia. Pode ser um cara poderoso? Pode. Mas também pode ser um deficiente físico, como aconteceu há anos, o cara foi o protagonista de uma grande reportagem do Jornal Nacional pegando na marreta e tentando quebrar o meio-fio de acesso à rodoviária. Isto foi uma reportagem muito bem-feita, que tentava nos convencer do seguinte: “O jornalismo da Globo é espetacular. Olha como nós estávamos lá na hora e filmamos”. No dia seguinte, a notícia era o prefeito fazendo o rebaixamento do meio-fio, era uma reivindicação velha que ele nunca tinha atendido, dos deficientes físicos. Aí eu fui investigar essa história, e tinha acontecido o quê? Tinha acontecido o seguinte: o deficiente físico era um militante, planejou fazer essa ação e foi à Globo. Disse: “Olha, eu vou fazer isso. Se vocês me derem cobertura, eu dou exclusividade”. Quem foi o sujeito que falou?

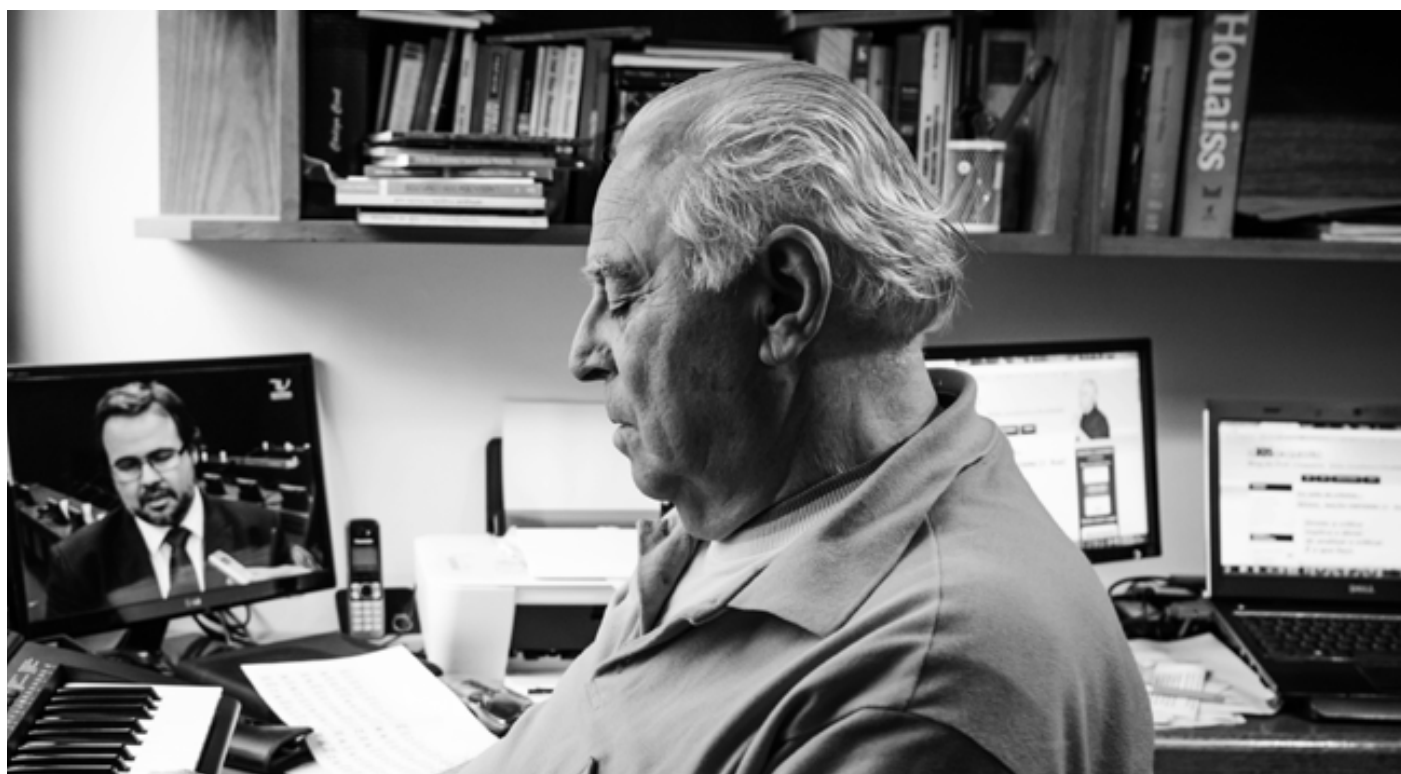


Quem foi o sujeito que agiu? Foi a Globo? Então, é um mundo maravilhoso, é um mundo muito melhor do que era. Agora, com problemas novos, problemas fantásticos novos. Existem coisas na internet muito boas, mesmo no jornalismo. Você hoje tem na internet blogs de gente dizendo e escrevendo coisas muito importantes, muito lúcidas, muito combativas. Você tem a possibilidade de o cidadão comum interferir em tudo. Hoje, eu estava assistindo ao jornal da manhã da Globo, o Bom Dia, São Paulo, e a pauta é praticamente construída em cima do que os telespectadores mandam, as pessoas mandam hoje já o vídeo com o que está acontecendo. Elas estão contribuindo para resolver problemas de uma maneira muito mais eficaz do que antigamente. Se você for ver os jornais do final das décadas de 1950, 1960 – que alguns saudosistas dizem que foi o auge do jornalismo –, você não encontra uma reportagem sobre corrupção. Por quê? Porque o cara não pagava imposto. Ele vai falar o quê? Vai criticar a corrupção? Então, este mundo é um mundo muito melhor.

“Você tem que discutir os problemas de hoje com argumentos novos. O que é mais importante: um mundo onde todos possam falar ou um mundo onde só jornalistas possam falar?”

O senhor criou as Edições Chaparro?

Eu me tornei editor. Sou MEI agora. Sou MEI mas vou deixar de ser MEI, vou criar uma empresa para fazer. Qualquer um pode editar livros. Eu editei um. Está esgotado já. A edição pequena, 500 exem-





plares, já foi vendida. A ideia é editar os meus livros, inclusive para produzi-los graficamente. Eu acho que gosto de fazer isso. São as tais maluquices. *Jornalismo: Linguagem dos Conflitos* foi o primeiro livro.

Hoje, que pesquisas o senhor desenvolve?

Pesquisa sistemática, metodológica, nada. Mas faço, por exemplo, aquilo que eu fiz para o livro. Eu pesquisei o texto com leitores. Mas, para pesquisa convencional, não tenho mais tempo. É outra coisa, outra fase.

Qual é a sua opinião sobre esse trabalho de preservação da memória da Intercom?

Eu acho que é importante. Hoje os sujeitos sociais são instituições, essa é uma grande mudança. O mundo se tornou falante porque se institucionalizou. As pessoas falam organizadamente, não individualmente. Mesmo o sujeito que manda a notícia do buraco na rua, ele faz isso individualmente, mas ele assume uma representatividade. No Brasil, calcula-se que existam 500 mil ONGs. Um dos efeitos da globalização foi a institucionalização dos sujeitos sociais, e os sujeitos sociais são entidades principalmente abstratas. Porque, mesmo a Intercom tendo, digamos assim, uma certa configuração material – tem sede, tem pessoas –, a força da Intercom está no seu caráter abstrato, na sua representatividade, na sua capacidade de gerar e discutir ideias. Se você quiser fazer uma analogia, o jornal não é jornalismo, porque o jornal é apenas o suporte. Jornal, você joga fora, jornal serve para embalar peixe, sei lá. Mas, quando a notícia é lida, o que se solta do jornal é outra coisa. O jornalismo não está no jornal, o jornalismo circula nos discursos. E, quando a notícia se solta, você tem um processo abstrato gigantesco em ação, porque você vai transformar o mundo através do discurso. O acontecimento é importante, na medida em que no seu conteúdo há uma significação, que circula e produz transformações. No atentado de Paris, a gente pôde perceber isso. Mas a grande demonstração dessa complexidade é a derrubada das torres de Nova York. O mundo inteiro assistiu à derrubada das torres, porque o acontecimento foi planejado para isso. O primeiro avião foi a pré-pauta, o primeiro avião ninguém viu. Houve uma filmagem acidental de um cara. Mas o segundo avião o mundo inteiro já assistiu. E o que mudou o mundo não foi a derrubada das torres, o que mudou o mundo foi a possibilidade de o mundo inteiro assistir ao acontecimento no momento em que ele ocorria. Então, o que se soltou da materialidade do acontecimento foi a ação discursiva, e foi isso que correu o mundo em forma de notícia – só que na dinâmica da instantaneidade. Daí o poder da notícia hoje, que é muito maior que o de antigamente. Por isso que o mundo se institucionalizou: para usar a notícia como ferramenta de ação – ação política, ação econômica, ação cultural. A instituição, para existir, precisa falar, que é uma coisa que a Intercom precisa aperfeiçoar. Ela não tem um discurso



articulado e não sabe, não tem competência ainda para socializar um discurso dela, porque ele não está articulado e não tem mecanismos, não tem rotinas de socialização do discurso. Não tem sentido que um congresso como o do Rio de Janeiro não tenha impacto na sociedade. Não teve nenhum impacto. Não há uma ideia que se tenha soltado do congresso do Rio de Janeiro e tenha circulado. E a instituição hoje, para existir, tem que ter discurso, tem que ter identidade, e essa identidade tem que ser conhecida. Ela tem que se manifestar diante das questões da comunicação e ter uma rotina, um mecanismo de permanente atividade cerebral, para que esteja atenta às coisas do mundo e se manifeste sobre elas no tempo certo. Acho que essa é uma coisa de que a Intercom tem que começar a cuidar, e com urgência. Acho que ela tem que planejar, ter uma estratégia de comunicação que possa se traduzir em ações.

